



Organização das Nações
Unidas para a Alimentação
e a Agricultura

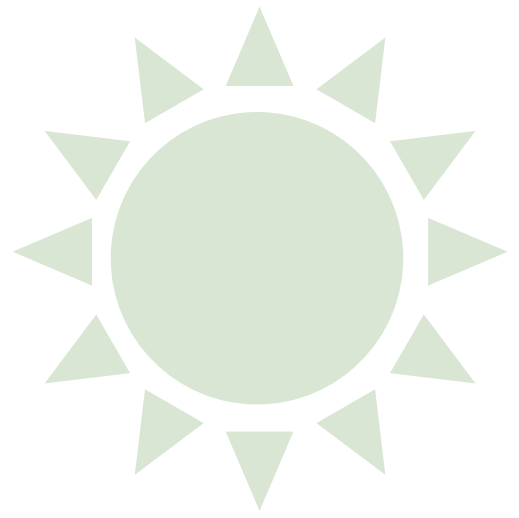
OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana

Aproveitamento de medidas dos governos
subnacionais e locais para garantir sistemas
alimentares sustentáveis e uma melhor nutrição





Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana

**Aproveitamento de medidas dos
governos subnacionais e locais para
garantir sistemas alimentares
sustentáveis e uma melhor nutrição**



© FAO/Giuseppe Bizzarri

Organização das Nações Unidas para a
Alimentação e a Agricultura (FAO)
Roma, 2020

As denominações empregadas neste produto informativo e a forma em que aparecem apresentados os dados nele contidos não implicam, por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), nenhum juízo sobre a condição jurídica ou o nível de desenvolvimento de países, territórios, cidades ou regiões ou de suas autoridades, nem diz respeito à delimitação de suas fronteiras ou limites. A menção a empresas ou produtos de fabricantes em particular, estejam ou não patenteados, não implica sua aprovação ou recomendação pela FAO de maneira preferencial em relação a outros de natureza similar que não são mencionados.

As opiniões expressadas neste produto informativo são dos (as) autores (as) e não refletem, necessariamente, os pontos de vista ou políticas da FAO.

© FAO, 2020



Direitos parcialmente reservados. Esta obra é distribuída sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial- CompartilharIgual 3.0 Organizações intergovernamentais (CC BY-NC-SA 3.0 IGO; <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/deed.es>).

De acordo com as condições da licença, é permitido copiar, redistribuir e adaptar a obra para fins não comerciais desde que citada corretamente conforme indicado acima. Em nenhum uso que se faça desta obra, deve-se dar a entender que a FAO apoie qualquer organização e/ou quaisquer produtos ou serviços específicos. Não está permitido utilizar o logotipo da FAO. Em caso de adaptação, deve-se conceder à obra resultante a mesma licença ou uma licença equivalente de Creative Commons. Se a obra for traduzida, deve-se acrescentar a seguinte declaração de responsabilidade junto à citação requerida: “A presente tradução não é obra da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A FAO não é responsável pelo conteúdo nem pela exatidão da tradução. A edição original em [idioma] é o texto autorizado”.

As controvérsias que decorram da licença e que não possam ser resolvidas de forma amistosa serão resolvidas por mediação e arbitragem de acordo com o descrito no artigo 8 da licença, salvo quando previsto o contrário. Será aplicado o Regulamento de Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (<https://www.wipo.int/amc/es/mediation/rules/index.html>) e toda arbitragem será realizada em conformidade com o Regulamento de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional (CNUDMI).

Materiais de terceiros. Em caso de reutilização do material contido nesta obra, que seja propriedade de terceiros (por exemplo, tabelas, gráficos ou imagens), é incumbência do usuário determinar se é necessária autorização para tal reutilização, bem como a obtenção de autorização do titular dos direitos do autor. O risco de que ocorram reclamações da infração dos direitos de uso de um elemento que seja propriedade de terceiros recai exclusivamente sobre o usuário.

Vendas, direitos e licenças. As publicações da FAO estão disponíveis no site da Organização (www.fao.org/publications/es) e podem ser adquiridas mediante solicitação por e-mail (publications-sales@fao.org). As solicitações de uso comercial devem ser enviadas através do seguinte site: www.fao.org/contact-us/licence-request. As consultas sobre direitos e licenças devem ser enviadas para: opyright@fao.org.

Índice

Agradecimentos	6		
I. Introdução	8	VI. Realização do programa de ação em matéria de alimentação urbana através de algumas áreas gerais de apoio	25
Segurança alimentar e nutricional em um mundo em processo de urbanização: a crescente necessidade de sistemas alimentares resilientes e sustentáveis	10	AGA 1: Políticas urbanas e territoriais nacionais eficazes e instituições transformadoras para Potencializar os sistemas alimentares sustentáveis	27
II. Intensificação da atenção prestada à urbanização no apoio da fao aos estados Membros	12	AGA 2: Planejamento integrado dos sistemas alimentares e mecanismos inclusivos de governança do setor alimentar para apoiar a urbanização e o desenvolvimento territorial sustentáveis	28
	14	AGA 3: Cadeias curtas de provisão e medidas inclusivas de aquisição pública de alimentos para explorar o potencial de produção da cidade e da região periférica	29
III. Princípios reitores		AGA 4: Setor agroalimentar inovador e sustentável para geração de emprego e desenvolvimento de territórios funcionais e prósperos nas pequenas cidades e comunidades	31
1. Sinergias entre o mundo rural e o urbano (importância do espaço)	14	AGA 5: Maior acesso a alimentos e espaços verdes para algumas cidades saudáveis	32
	15	AGA 6: Cadeias de provisão otimizadas e bioeconomia circular para reduzir as perdas e o desperdício de alimentos nos centros urbanos	33
2. Inclusão social e igualdade (não deixar ninguém para trás)	16	AGA 7: Iniciativas de divulgação sobre a base de dados objetivos para melhorar a governança do setor alimentar urbano em escala mundial e Impulsar o investimento	34
3. Resiliência e sustentabilidade (proteger o futuro)	17	Referências	36
4. Conexões e interconexões dos sistemas alimentares (importância de uma perspectiva integrada)	17		
IV. Função, visão e missão da fao para a agenda alimentar urbana	20		
V. Resultados pretendidos para la agenda alimentar urbana	21		
	21		
1. Integração e apoio em matéria de políticas	22		
	22		
2. Apoio à governança	22		
	22		
3. Geração de conhecimentos e fomento da capacidade	23		
	23		
4. Divulgação e promoção	23		
	23		
5. Associação e investimento	23		
	23		
6. Asociaciones e inversión			

Agradecimentos

Esta publicação foi elaborada em resposta à crescente demanda a favor de um guia que ajudasse a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) a apoiar os países e seus respectivos governos subnacionais e locais na adoção de medidas para garantir sistemas alimentares sustentáveis. Este marco orientará as iniciativas para aplicar a Nova Agenda Urbana respaldada pelas Nações Unidas e, portanto, ajudará a alcançar os objetivos estabelecidos na Agenda 2030.

O documento é o resultado de um amplo processo de trabalho entre divisões iniciado pelo Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social (ES). O trabalho foi encabeçado pelo anterior Subdiretor-Geral responsável pelo Departamento, Kostas Stamoulis, quem contribuiu com uma liderança estratégica ao longo de todo o processo. Anna Lartey, Diretora da Divisão de Nutrição e Sistemas Alimentares, facilitou o início do debate sobre o marco com contribuições iniciais recebidas de parte da maioria dos departamentos. Neste sentido, agradecemos especialmente a Julio Berdegué, Subdiretor-Geral e Representante Regional para a América Latina e o Caribe, e a Ren Wang, anterior Subdiretor-Geral responsável pelo Departamento de Agricultura e Proteção do Consumidor, os quais proporcionaram informação de referência útil para a visão do documento.

Os rascunhos iniciais deste marco são obra de Roberta Sonnino, que dirigiu uma equipe na Universidade de Cardiff composta por Helen Coulson, Terry Marsden e Kevin Morgan. Também é necessário agradecer a Antonio Ioris e Peter Mackie por suas contribuições nas primeiras etapas do processo. As generosas contribuições e as análises técnicas de Roberta Sonnino sobre as últimas versões do documento são sumamente apreciadas.

Na FAO, o autor principal das contribuições técnicas foi Jorge Fonseca, que contou com a orientação geral e o apoio técnico de Jaime Morrison, Chefe do Programa Estratégico de Sistemas Alimentares.

Um comitê diretivo entre divisões permitiu um processo coletivo que proporcionou muitas das contribuições para a elaboração do marco, em especial

com referência à determinação dos resultados e aos princípios reitores que ajudaram a dar forma à visão proposta. Esse grupo era formado por Simone Borelli, Juan García-Cebolla, Vito Cistulli, Michela Conigliaro, Jorge Fonseca, Thierry Giordano, Roman Malec, Cecilia Marocchino, Maikki Salmivaara, Guido Santini, Makiko Taguchi, Katrin Taylor, Trudy Wijnhoven e Sergio Zelaya.

A equipe de tarefas sobre temas urbanos da FAO, sob a liderança dos programas estratégicos de segurança alimentar e nutricional (PE 1) e de sistemas alimentares (PE 4), realizou várias contribuições pertinentes.

Nosso agradecimento especial aos colegas que transmitiram comentários de grande interesse sobre os primeiros rascunhos: Sridhar Dharmapuri, Francesco Giasi, Günter Hemrich, Israel Klug, Mphumuzi Sukati e James Tefft. Também merecem um agradecimento especial Anne Bogdansky, Michela Carucci, Panagiotis Karfakis, Tomoko Kato, Stephanie Gallatova, Ceren Gurkan, Dalia Mattioni, Maryam Rezaei, Rosa Rolle, Florence Tartanac, Emilie Wieben, Emilie Vandecandelaere, Marcelo Vicovaro e Ny You, que ajudaram a dar forma à última seção do documento. Além disso, o marco foi beneficiado com as úteis contribuições recebidas de parte de Ana Paula de la O Campos, Cristina Alderighi, Karel Callens, Maria Magdalena Heinrich, Rosa Rolle e Florence Tartanac.

Expressamos um profundo agradecimento às seguintes unidades pelo exame exaustivo: todas as equipes dos programas estratégicos, os escritórios regionais para África (RAF), Ásia e Pacífico (RAP), e América Latina e Caribe (RLC). Merecem também um agradecimento especial por seus comentários detalhados: Lorenzo Bellu, Aziz Elbehri, Brave Ndisale, Maikki Salmivaara, Adoniram Sanchez, Maya Takagi, James Tefft e Trudy Wijnhoven. Em particular, manifestamos nosso agradecimento a Brave Ndisale (Chefe do Programa Estratégico de Segurança Alimentar e Nutricional) e a Clayton Campagnolla (Chefe do Programa Estratégico de Agricultura Sustentável), que garantiram a contínua contribuição de comentários por parte de suas

equipes, além de fazerem contribuições diretas. Da mesma forma, merecem um agradecimento Ann Demeranville, Theodora Fetsi, Kakoli Ghosh, Siobhan Kelly, Ana Paula de la O Campos, Cristina Rapone e Feras Ziadat pelas contribuições para uma matriz que serviu de guia a fim de estabelecer o alcance do programa de ação (Anexo I).

Por fim, um enorme agradecimento ao trabalho de Sile O'Broin na correção de provas, e à direção da equipe de comunicação e desenho, bem como à coordenação proporcionada por Angela Scappaticci para esta publicação. Pela tradução para o português, agradecemos à equipe da FAO no Brasil.



I. Introdução

O mundo está experimentando um crescimento urbano sem precedentes. Hoje em dia, mais da metade da população mundial é urbana, e para 2050 há a previsão de que mais 2.5 milhões de pessoas morarão em zonas urbanas (vide Tabela 1).

O processo de urbanização compreende diversas formas socioespaciais (megalópoles, cidades menores de rápido crescimento, núcleos urbanos de menor tamanho, conurbações, bairros residenciais da periferia, aldeias rurais e zonas de influência das cidades), criando um mosaico de geografias desiguais. A importância de desenvolver um marco para abordar a Agenda

Alimentar Urbana baseia-se na necessidade de abordar os complexos processos sociais, econômicos, meio ambientais, políticos e culturais interconectados que configuram essas geografias e suas consequências para os sistemas alimentares. Concentrar a atenção na paisagem urbana não implica somente se orientar em direção à alimentação nas cidades, mas é também um chamado de atenção para as relações de conexão e reconexão, articulação e desarticulação, justiça e injustiça que podem se modificar mediante práticas institucionais e de governança que situem a ação participativa e a tomada de decisões no centro de um programa de atividades direcionado para desenvolver

Tabela 1: Dados fundamentais sobre o crescimento urbano e suas repercussões (a) e sobre os sistemas alimentares em relação às zonas urbanas (b)

A. Dados demográficos urbanos e necessidades de recursos naturais conexos	B. Os sistemas alimentares no contexto de um mundo em processo de urbanização
55% da população mundial reside em zonas urbanas ⁶⁶ e 85% mora a 3 horas ou menos de um centro urbano de mais de 50 000 habitantes ²⁴ .	Perde-se quase a terceira parte de todos os alimentos produzidos para o consumo humano ¹⁵ . Os restos de alimentos e resíduos vegetais compreendem mais de 50% de todos os resíduos urbanos, que costumam representar a maior saída orçamentária na maioria das administrações locais ⁵³ .
881 milhões de pessoas moram em bairros marginais, quase mais de 200 milhões de pessoas que em 1990 ⁷¹ .	Nos países de baixa renda, o gasto em alimentos nas cidades pode chegar a representar dois terços do gasto total dos lares, enquanto que a agroindústria representa mais 50% da indústria de transformação com um valor acrescentado ^{12,24} .
O crescimento previsto de 2 500 milhões de pessoas na população urbana mundial implica que, em 2050, dois terços da população mundial morarão em zonas urbanas; 90% desse aumento será produzido na Ásia e na África ⁶⁶ .	Os habitantes das zonas urbanas consomem até 70% da oferta de alimentos, inclusive em países com uma grande porcentagem de população rural ²⁴ .
Para 2030, o número de megalópoles (10 milhões de habitantes ou mais) haverá aumentado de 31 a 4070.	60% das terras irrigadas e 35% das terras agrícolas de sequeiro encontram-se em um raio de 20 km desde as aglomerações urbanas ⁶¹ .
Em 2016, respectivamente ⁷³ 60% e 80% dos refugiados e deslocados internos do mundo moravam em zonas urbanas.	Nos últimos 26 anos, a incidência mundial da obesidade não deixou de aumentar. Atualmente, mais de 2 000 milhões de adultos ³⁰ sofrem de sobrepeso ou obesidade; a evidência disso nas zonas urbanas é o crescente número de grávidas que apresentam uma dessas duas condições ⁸ .
Hoje em dia, as cidades ocupam 3% da superfície terrestre, mas geram aproximadamente dois terços da demanda de energia primária e 70% das emissões de dióxido de carbono ³⁶ . Junto com o setor do capital, os serviços públicos e o setor de moradia, a alimentação é um dos setores que mais emissões de gases de efeito estufa produzem per capita sobre a base do consumo.	Conforme a urbanização expandiu-se, desde a década de 1990 os estilos de vida nas cidades vêm contribuindo consideravelmente com o consumo de alimentos processados de baixo valor nutritivo, consumo que nos países de renda média-baixa aumentou 5,45% ao ano entre 1998 e 2012 ⁴⁰ .

Quadro 1: No presente marco, define-se a Agenda Alimentar Urbana como a ampla gama de políticas, programas e iniciativas elaboradas e colocadas em prática pelos governos nacionais e subnacionais, conjuntamente com diferentes partes interessadas dos setores público e privado, para melhorar a segurança alimentar e nutricional e favorecer o desenvolvimento sustentável nas zonas urbanas e nas zonas rurais que estão sob sua influência.

sistemas alimentares resilientes e sustentáveis através da harmonização do comércio internacional e da produção local com sólidos vínculos entre os mundos rural e urbano³⁷.

O objetivo geral do marco para a Agenda Alimentar Urbana é guiar o trabalho da FAO no momento de ajudar os encarregados de adotar decisões nos âmbitos mundial, nacional, territorial e urbano a reconhecerem o papel que desempenham as cidades e os governos subnacionais como lugares e agentes estratégicos chave para abordar as complexas questões socioeconômicas e ecológicas que limitam a segurança alimentar e nutricional.

Com esse pano de fundo, o presente marco tem como finalidade:

- 1) Justificar e proporcionar orientação para um programa ampliado de políticas alimentares, considerando o potencial não explorado que as zonas urbanas apresentam para impulsionar o consumo e a produção sustentáveis de alimentos mediante estratégias que abordem a natureza específica e a dinâmica da insegurança alimentar e da má nutrição nas zonas urbanas;
- 2) Definir os princípios e o compromisso da FAO em relação às novas necessidades em matéria de segurança alimentar e nutricional, que trazem consigo a urbanização e o desenvolvimento urbano, advogando para que sejam adotados enfoques mais inclusivos baseados nos lugares concretos, que promovam o acesso igualitário a alimentos suficientes, inócuos, nutritivos e adequados, e criem postos de trabalho e oportunidades de atividades econômicas significativas e seguras para os pequenos agentes dos setores alimentar e não alimentar reconhecendo que, em muitos países, o sistema alimentar cria grande quantidade de

emprego (produção agrícola, armazenamento, processamento, distribuição, venda varejista, restauração e outros diversos serviços⁷⁵ ;

- 3) Traçar as contribuições de valor agregado da FAO para a Nova Agenda Urbana (e, portanto, para a Agenda 2030) mediante a prestação de um apoio mais eficaz e coordenado que conecte a dinâmica da alimentação urbana com os enfoques do desenvolvimento territorial.

O presente marco para a Agenda Alimentar Urbana reconhece que uma série de fatores situará, em contexto, os efeitos da urbanização em situações específicas, em função de diversos elementos e circunstâncias, embora não de forma exclusiva. Entre eles: i) aumento das desigualdades (de renda, de acesso aos serviços e de estado nutricional) entre as zonas urbanas e rurais e dentro das mesmas; ii) diversidade de dinâmicas socioespaciais e formas urbanas em todo o planeta; iii) disponibilidade de recursos meio ambientais e naturais; iv) papel e alcance da migração (forçada e não forçada) nas zonas urbanas; v) os conhecimentos e as experiências dos cidadãos urbanos e rurais; vi) os diversos marcos e culturas institucionais; e vii) as relações de poder existentes (nas partes A e B do Quadro 1 está condensada a informação que ilustra esses contextos).

Ao mesmo tempo, esse marco reconhece a maior função que as cidades e comunidades (e seus governos) desempenham no momento de abordar as prioridades sociais, meio ambientais e econômicas interconectadas. As zonas urbanas constituem pontos de partida estratégicos para reconfigurar os processos socioeconômicos e meio ambientais mais amplos de uma maneira mais resiliente, sustentável, inclusiva e equitativa. Em efeito, é a nível de governança urbana onde foram registradas, recentemente, as iniciativas mais inovadoras para criar sinergias entre diversas partes interessadas entre âmbitos políticos tradicionalmente desconectados^{1, 37, 57}.

Segurança alimentar e nutricional em um mundo em processo de urbanização: a crescente necessidade de sistemas alimentares resilientes e sustentáveis

Em muitas zonas urbanas, a necessidade de dispor de recursos econômicos para aceder a alimentos suficientes, inócuos, nutritivos e adequados cria dificuldades específicas em relação à segurança alimentar e à nutrição, dada a pressão combinada que os altos níveis de instabilidade laboral, moradia irregular e pobreza exercem. Nas grandes cidades, o acesso a alimentos disponíveis e nutritivos (por exemplo, frutas e hortaliças frescas ou produtos de pesca) caracteriza-se por uma grande desigualdade espacial e socioeconômica, como demonstra a expansão dos desertos alimentares, que agravam as situações de privação e exclusão social, especialmente nas zonas de baixo poder aquisitivo. Com frequência, o acesso aos alimentos também se vê restringido pela distância física que separa as zonas de produção de alimentos dos consumidores, a falta de disponibilidade de opções de transporte, os preços voláteis dos alimentos, a concentração de poder no comércio mundial de alimentos, as perturbações climáticas e, principalmente, no caso das crises, o mau funcionamento das redes de segurança para os residentes urbanos de baixa renda.

A segurança alimentar e a nutrição também se veem afetadas pela inocuidade dos alimentos consumidos e pela capacidade conexa do consumidor para fazer uso dos nutrientes e da energia que contém os alimentos. Nos contextos urbanos, as preocupações sanitárias aumentam devido à falta de instalações adequadas de água, saneamento e higiene. Em muitos países de baixa e média renda, uma parte importante do fluxo de alimentos consumidos nas zonas urbanas passa por sistemas não estruturados (na produção, no manejo posterior à colheita, no comércio, no processamento, na distribuição, no varejo e na preparação) que proporcionam importantes oportunidades de emprego, fontes de renda e segurança alimentar e nutricional para a população pobre. No entanto, os sistemas alimentares não estruturados frequentemente implicam grandes riscos e problemas relativos à inocuidade, tanto na origem como no armazenamento e nas capacidades de cozimento, o que aumenta a necessidade de realizar intervenções seletivas para apoiar um acesso fiável, acessível e sustentável aos serviços essenciais (água, energia e eliminação de dejetos) e de criar capaci-

dades bem adaptadas para evitar a contaminação cruzada dos alimentos ou o excesso de resíduos de produtos químicos³⁵.

Como consequência da rápida evolução da demanda e dos padrões de consumo de alimentos, as zonas urbanas com frequência apresentam importantes níveis de desnutrição infantil ou carências de micronutrientes, bem como de sobrepeso ou obesidade e de doenças não transmissíveis relacionadas à dieta. Fatores sociais como o estilo de vida sedentário, a escassez de espaços verdes públicos (ou o acesso desigual a eles), as más condições para o cozimento (também no que se refere à disponibilidade de espaço) —aos quais se une a facilidade de acesso físico e econômico a comidas pré-cozidas e alimentos processados ricos em gorduras, açúcar e sal— estão transformando rapidamente os hábitos alimentares nas zonas urbanas, o que leva a consumir grandes quantidades de alimentos de baixo valor nutricional. O mau funcionamento dos sistemas de saúde e as redes de segurança pioram o estado de má nutrição dos mais pobres. As políticas e intervenções relativas aos sistemas alimentares, incluídas aquelas centradas na segurança alimentar e nutricional, não conseguirão os resultados desejados a menos que abordem a dimensão urbana dos desafios nutricionais.

Assim como as zonas urbanas contribuem de forma importante para os problemas de insegurança alimentar, má nutrição e pobreza no mundo, podem ser encontradas soluções aproveitando as características dos territórios nos quais estão imersas, bem como suas densas redes de interdependências. Posto que neles estão concentrados 60% da demanda urbana de alimentos²⁴, as pequenas e médias comunidades e cidades, em particular, podem desempenhar um papel essencial na consecução de um desenvolvimento sustentável e na melhoria da segurança alimentar e nutricional. Sua proximidade às zonas rurais (e sua estreita interação com elas) converte-as em lugares estratégicos chave para criar territórios urbano-rurais sustentáveis⁴⁵.

O fomento de sistemas alimentares resilientes e economicamente prósperos, integrados através das

paisagens e baseados na colaboração de múltiplas partes interessadas, múltiplos níveis e múltiplos setores, é chave para apoiar processos de urbanização mais sustentáveis mediante a proteção dos serviços ecossistêmicos e a oferta de bens (tais como alimentos, madeira, água doce e mão de obra). Os processos de urbanização sustentáveis situam a justiça social, a integridade ecológica, a resiliência climática e o desenvolvimento econômico regional no centro das políticas e do planejamento urbanos. Também é essencial investir na estrutura básica dos sistemas alimentares e a infraestrutura de serviços conexa para facilitar os fluxos alimentares e fortalecer os vínculos entre o mundo rural e o urbano.

É necessária uma atuação urgente e coordenada para ajudar os governos nacionais e locais a conseguirem que os sistemas alimentares sejam mais eficientes, inclusivos e resilientes diante da volatilidade dos preços, das perturbações meteorológicas e da mudança climática em uma época de rápida urbanização. Cada vez mais, são os países que, através dos governos locais e governos provinciais ou subnacionais, abordam de forma crescente a segurança alimentar e nutricional como questão de sustentabilidade crítica, para a qual aplicam políticas, estratégias urbanas e territoriais para os sistemas alimentares e mecanismos de governança, como são as associações de múltiplas partes interessadas. No entanto, existe uma série de obstáculos que se opõem a um planejamento eficaz dos sistemas alimentares como parte do desenvolvimento urbano e de territórios funcionais. Entre eles, cabe citar: i) o desconhecimento de como funcionam os sistemas alimentares e a margem de manobra que os governos locais têm para transformar os sistemas alimentares de sua jurisdição; ii) a insuficiente difusão de dados objetivos acerca da repercussão que as medidas de alimentação urbana têm na resiliência urbana, na mudança climática, na biodiversidade e a prosperidade econômica; iii) a ausência de uma reflexão sobre os sistemas alimentares (e os planos e medidas conexos) em muitas agendas urbanas, o que se traduz na falta de incentivos para realizar uma atuação coordenada; iv) a falta dos instrumentos jurídicos e de regulação necessários para garantir que a alimentação se integre na planificação urbana e territorial em um momento de crescente descentralização, o que, por sua vez, subtrai poder de decisão dos governos locais e dificulta o diálogo que os ministérios governamentais devem manter para encontrar soluções holísticas baseadas nos lugares concretos; v) as capacidades limitadas (de conhecimento e financeiras) dos agentes, e as instituições pertinentes para possibilitar a inovação; vi) a ausência de iniciativas internacionais (que compreendam iniciativas dos governos nacionais

e locais) que forneçam visibilidade e gerem adesão política para apoiar uma orientação sustentável dos sistemas alimentares; vii) as consideráveis limitações de recursos financeiros e humanos as quais a maioria dos governos locais enfrenta, o que frequentemente faz com que o fomento de sistemas alimentares sustentáveis passe a ser uma preocupação secundária dentro do desenvolvimento urbano.

No contexto atual de desenvolvimento urbano, e em resposta à missão da FAO de erradicar a fome, este marco adota um enfoque baseado nos direitos que expressam a importância de garantir que todo o mundo, com independência e onde habite, tenha acesso a alimentos acessíveis, nutritivos, diversificados e culturalmente apropriados, e seja capaz de determinar e configurar, mediante processos coletivos de adoção e decisões, sistemas alimentares locais baseados em meios de subsistência sustentáveis. Isso implica dedicar atenção às formas coletivas de criar e habitar o espaço urbano, à gestão dos recursos naturais, à administração ecológica e os vínculos resilientes, sustentáveis e inclusivos entre o mundo rural e o urbano, criados por intermédio de um planejamento territorial participativo, ao desenvolvimento de infraestruturas e ao fomento de formas públicas de abastecimento de alimentos que considerem os contextos locais.

II. Intensificação da atenção prestada à urbanização no apoio da FAO aos Estados Membros

Na Agenda 2030, reconhece-se que a resiliência e a sustentabilidade no desenvolvimento e na gestão do meio urbano “são fundamentais para a qualidade de vida de nossos povos”, e inclui um objetivo específico para as zonas urbanas, o ODS 11: “Conseguir que as cidades e os assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”ⁱⁱⁱ. Além disso, somado a esse objetivo, a Nova Agenda Urbanaiv reconhece a necessidade de um desenvolvimento urbano e territorial integrado, bem como que a segurança alimentar e a nutrição ocupem um lugar de destaque no planejamento de cidades sustentáveis.

“Comprometemo-nos a promover a criação e a manutenção de redes bem conectadas e distribuídas de espaços públicos de qualidade, abertos, seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e destinados a fins múltiplos, para incrementar a resiliência das cidades diante da mudança climática e desastres como inundações, riscos de seca e ondas de calor, para melhorar a segurança alimentar e nutricional, a saúde física e mental e a qualidade do ar nos lares e ambiente, para reduzir o ruído e promover cidades, assentamentos humanos e paisagens urbanas que sejam atrativas e habitáveis, e para dar prioridade à conservação de espécies endêmicas” (Nova Agenda Urbana em espanhol, parágrafo 67).

A FAO tem uma ampla experiência em abordar a complexa natureza e a magnitude da insegurança alimentar e da má nutrição e, em estreita colaboração com redes internacionais e associadas, levou adiante diversas iniciativas para promover sistemas alimentares sustentáveis e dietas saudáveis em todo o espectro rural-urbano. As referidas iniciativas incluem a difusão e o intercâmbio de conhecimentos (por exemplo, a comunidade de práticas Alimentos para as cidades ou a Plataforma de Ações em Alimentação Urbana), bem como projetos específicos em matéria de avaliação e planejamento dos sistemas alimentares, criação de vínculos entre os produtores rurais, mercados urbanos, agricultura, atividade florestal urbana e periurbanas, concebidos para reforçar os vínculos entre o mundo rural e o urbano, e melhorar a capacidade das partes interessadas fundamentais (vide Quadro 2).

Apesar da pertinência das medidas da FAO, essas iniciativas não representam uma resposta completa à insegurança alimentar e à má nutrição urbanas. Até

os dias atuais, o trabalho da FAO centrou-se, principalmente, nas primeiras etapas da cadeia de provisão de alimentos e no desenvolvimento setorial, e sua repercussão nas zonas urbanas foi fragmentária. É preciso adotar um enfoque mais sistemático e holístico, e isso implica centrar-se na demanda de alimentos que, por sua vez, implica estudar mecanismos que proporcionem poder aquisitivo suficiente para todas as pessoas, de maneira que todos possam desfrutar do acesso a alimentos suficientes, adequados, inócuos e nutritivos.

O marco para a Agenda Alimentar Urbana aspira oferecer uma estratégia integral e coerente, que aborde as novas petições dos países, respondendo à demanda dos governos centrais e, particularmente, dos governos locais, a favor de um enfoque da insegurança alimentar e da má nutrição que abarque múltiplos setores, múltiplas partes interessadas e múltiplos níveis em todo o espectro rural-urbano. A FAO está bem situada para levar adiante essa estratégia, dada sua capacidade de proporcionar informação acessível, conhecimentos especializados em matéria de políticas e assistência técnica, em apoio aos sistemas alimentares sustentáveis. Além disso, a FAO oferece um fórum independente no qual estimula o intercâmbio das melhores práticas entre cidades, regiões e povos, e facilita as relações entre diversos agentes da política alimentar de escala nacional e subnacional.

A FAO tem relações com os governos nacionais estabelecidas há anos, e há algum tempo vem apoiando as iniciativas para desenvolver a agricultura sustentável, aumentar a segurança alimentar e melhorar a nutrição. No mundo atual, no processo de rápida urbanização, o presente marco complementa a ênfase posta nas zonas rurais, e na função que desempenham os governos nacionais, no alcance da segurança alimentar e nutricional, já que cria um novo foco de atenção centrado no potencial que os governos locais têm para satisfazer a crescente demanda urbana de alimentos suficientes, adequados, inócuos e nutritivos, bem como para influenciar na mudança para uma agricultura e práticas de manipulação de alimentos mais sustentáveis. Baseando-se nas relações que mantêm desde muito tempo, a FAO facilitará a colaboração entre distintos níveis de governos para incluir e tornar participantes as cidades e agentes de nível local na governança dos sistemas alimentares.

Quadro 2: Marcos no trabalho da FAO em temas relacionados à alimentação urbana

1989: O Comitê de Agricultura da FAO publica *Urbanização, modalidades de consumo de alimentos e nutrição*.

1990: A Divisão de Política Alimentar e Nutricional da FAO é coautora de um documento sobre os padrões de consumo de alimentos nos países em desenvolvimento, que se baseia nos relatórios dos estudos de casos do projeto inter-regional do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e FAO sobre os vínculos entre a urbanização, os hábitos de alimentação e a política agrícola.

2000: A FAO empreende *Alimentos para as cidades*, uma iniciativa multidisciplinar que tem, por finalidade, abordar os desafios que a urbanização propõe para a população urbana e rural, bem como para o meio ambiente, através do fomento de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes.

2011: A FAO produz a folha informativa *Feeding the Cities* e o documento sobre a postura da FAO denominado *Food, Agriculture and Cities*.

2012: Segundo um relatório do Conselho da FAO, “como consequência da urbanização, a insegurança alimentar parecerá um problema cada vez mais urbano, o que fará que seja mais visível e que atraia mais atenção política, e requererá diferentes tipos de intervenções”.

2014: A FAO começa um projeto trienal sobre avaliação e planificação para os sistemas alimentares das regiões urbanas em sete países, com o apoio do Governo da Alemanha e a colaboração de diversos associados, entre eles a Fundação RUAF.

2016: A FAO organiza, na sede da Organização das Nações Unidas, a primeira reunião do grupo de especialistas sobre integração da alimentação na planificação urbana como base para a primeira rodada de negociações intergovernamentais do processo que leva ao Hábital III. Em Quito, a FAO, o FIDA e a WFP fazem uma declaração conjunta ressaltando a importância de construir cidades sustentáveis e assentamentos humanos que estejam livres da fome e de todas as formas de má nutrição (FAO-FIDA-PMA, 2016). No mesmo ano, a FAO compromete-se formalmente a prestar apoio técnico para o Pacto de Milão de política alimentar urbana. No Foro Mundial sobre a Alimentação e a Agricultura, celebrado em Berlim, a diretora geral adjunta (Clima e Recursos Naturais) da FAO reitera a necessidade de prestar mais atenção à alimentação urbana, aduzindo que é preciso integrar a segurança alimentar e nutricional no planejamento urbano, posto que uma crescente proporção das pessoas que passam fome

no mundo mora nas cidades. O comunicado do Foro Mundial sobre a Alimentação e a Agricultura de 2016, intitulado “*How to feed our cities: agriculture and rural areas in an era of urbanization*”, é respaldado por 65 ministros da Agricultura.

2017: A FAO é um dos organismos das Nações Unidas apoiados pela Secretaria do Hábital III para organizar uma reunião de um grupo de especialistas com a finalidade de debater formas de aplicar a Nova Agenda Urbana sob o lema “Integração da segurança alimentar e nutricional no planejamento urbano e territorial”. As conclusões da reunião são utilizadas em novos projetos da FAO, incluindo o projeto emblemático de múltiplos doadores denominado “NADHALI”, o qual fomenta processos integrais de governança participativa e planejamento dos sistemas alimentares baseados em dados objetivos em Nairobi, Dacca e Lima. A FAO empreende a Plataforma de Ações em Alimentação Urbana junto com várias redes mundiais de cidades (rede C40, ICLEI-Governos Locais pela Sustentabilidade, Foro global de associações de regiões da Organização de Regiões Unidas [ORU-Fogar] e Cidades e Governos Locais Unidos [CGLU]) e outros associados (Pacto de Milão de política alimentar urbana, Fundação RUAF), e expõe os resultados do projeto relativo aos sistemas alimentares das regiões urbanas na Cúpula de Prefeitos do Pacto de Milão de política alimentar urbana celebrada em Valência.

2018: No Foro político de alto nível, a FAO organiza um ato paralelo no qual se destaca o papel fundamental que os sistemas alimentares desempenham e a gestão dos recursos naturais para o ODS 11, ressaltando a importância de aproveitar as cidades para abordar outros ODS que são examinados nesse ano (ODS 8, 9, 12, 15). No mesmo ano, a FAO publica *Our world is urbanizing: Is food on your agenda?* (nosso mundo está se urbanizando: a alimentação está no programa?), documento dirigido aos funcionários dos governos locais, os profissionais e os funcionários nacionais que acodem a vários atos de importância fundamental, começando pelo Foro Urbano Mundial⁹. Em colaboração com a *University College London*, a FAO publica *Integrating Food into Urban Planning*. Conjuntamente com o Banco Mundial, a FAO inicia em algumas cidades asiáticas um estudo regional dos sistemas alimentares para proporcionar orientações normativas sobre estratégias alimentares urbanas baseadas em análises detalhadas, direcionadas a planificadores de alimentação urbana, provedores de alimentos e consumidores. Inicia-se a elaboração de vários documentos técnicos para ajudar os governos locais e para possibilitar a criação de planos, políticas e medidas sobre sistemas alimentares resilientes e sustentáveis, que serão publicadas no seguinte biênio.

III. Princípios reitores

Refletindo o mandato geral da FAO no contexto da Agenda 2030, o compromisso global com o desenvolvimento urbano sustentável da Nova Agenda Urbana, bem como a visão holística do presente marco, foram definidos quatro princípios transversais: 1) sinergias entre o mundo rural e urbano; 2) inclusão social e igualdade; 3) resiliência e sustentabilidade; e 4) conexões e interconexões dos sistemas alimentares. As medidas da FAO destinadas ao desenvolvimento de sistemas alimentares resilientes, inclusivos e sustentáveis para as cidades e os assentamentos humanos terão como base e guia esses princípios.

1. Sinergias entre o mundo rural e o urbano (importância do espaço)

Quase 85% da população mundial mora, no máximo, a três horas^{iv} de uma cidade de 50 mil habitantes ou mais²⁴. Portanto, fortalecer os sistemas alimentares nas regiões, cidades e comunidades é fundamental para o desenvolvimento de uma economia local inclusiva que contribua para os meios de subsistência e emprego, e para a transformação rural e o desenvolvimento sustentável geral. Isso implica levar em conta a complexidade dos vínculos entre o mundo rural e urbano, e colocar em prática intervenções que permitam superar os limites⁴⁵ que separam ambos. Neste sentido, o princípio pode ser dividido em vários princípios secundários chave:

■ Reconhecer a diversidade dos contextos sociogeográficos

As zonas urbanas apresentam uma grande diversidade de tamanhos e contextos geográficos. Cada contexto urbano tem suas próprias características físicas, sociais e políticas, que criam diferentes desafios e oportunidades de sustento e influenciam na capacidade de responder às mudanças induzidas pelas políticas ou às perturbações. Reconhecer e valorizar essa diversidade e sua influência no sistema alimentar é o ponto de partida para adotar enfoques territoriais que promovam a consideração sistemática das características dependentes do contexto na elaboração de políticas relacionadas com a segurança alimentar, a boa nutrição, a criação de emprego decente⁶⁰, a redução da pobreza e o bem-estar humano (e ecológico).

■ Compreender a função que os sistemas alimentares desempenham na superação da divisão entre zonas rurais e urbanas

Para conseguir um desenvolvimento rural-urbano integrado, é necessário aplicar estratégias territoriais nas quais os alimentos possam servir como componente importante de uma economia inclusiva e resiliente que promova *“um desenvolvimento urbano e territorial equilibrado, sustentável e integrado em todos os níveis”*. Em consonância com a Nova Agenda Urbana, as cidades devem cumprir suas funções territoriais além dos limites administrativos e atuar como centros e impulsores de um desenvolvimento urbano e territorial equilibrado, sustentável e integrado.

Especialmente pertinente é o potencial das pequenas cidades e comunidades para criar cadeias de alimentos rurais-urbanas inclusivas que permitam a participação de agentes de pequena escala, protejam e melhorem os serviços ecossistêmicos, e promovam uma gestão sustentável dos recursos (terra, solo, água, energia, florestas e dejetos)³². Os grupos de pequenas zonas urbanas também podem se beneficiar dos sistemas alimentares mundiais, aproveitando as condições meio ambientais de seus territórios para promover uma agricultura sustentável e o acesso a mercados distantes. Igualmente importante é a função que desempenha o planejamento dos sistemas alimentares, baseada em análises espaciais detalhadas em possibilitar um uso eficaz da terra para cada etapa do sistema alimentar local (produção, manipulação posterior à colheita, armazenamento, processamento, transformação, comercialização e distribuição, consumo e gestão dos restos orgânicos), protegendo, ao mesmo tempo, os pontos de biodiversidade críticos. As normas, regulamentações, mecanismos de governança com vários níveis e os processos participativos de múltiplas partes interessadas de acordo com as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, e as Diretrizes Internacionais sobre Planejamento Urbano e Territorial da ONU-Habitat, podem respaldar um processo de desenvolvimento que garanta a segurança alimentar e uma boa nutrição (especialmente para os mais vulneráveis); proteja a água, o ar, as terras agrícolas, os espaços verdes abertos, os ecossistemas e a biodiversidade; gere emprego decente e potencialize ao máximo os benefícios socioeconômicos dos sistemas alimentares.

2. Inclusão social e igualdade (não deixar ninguém para trás)

As desigualdades socioeconômicas (incluindo os preconceitos de gênero) limitam a capacidade dos mais pobres em participar do desenvolvimento e beneficiar-se do mesmo. Para melhorar a segurança alimentar e nutricional para todos, os sistemas alimentares devem ser sensíveis às questões de gênero e às necessidades dos mais pobres e vulneráveis, permitir a diversidade e abordar as questões relacionadas com a inclusão dos agentes de pequena escala em toda a cadeia de provisão de alimentos, entre outras coisas mediante o estabelecimento ou a consolidação de sistemas de proteção social. Isso implica o seguinte:

■ Reconhecer os múltiplos desafios que propõe o acesso aos alimentos

As zonas urbanas contêm múltiplas realidades físicas, socioculturais, religiosas e meio ambientais que influenciam no acesso aos alimentos e, mais em geral, na resiliência dos sistemas alimentares. A fim de garantir a segurança alimentar e a boa nutrição para todos, é necessário levar em conta essas diferentes realidades e as condições específicas de cada contexto, bem como a existência de políticas que, frequentemente, influenciam de maneira diversa no acesso dos grupos mais vulneráveis e marginalizados (incluindo mulheres e crianças) a alimentos inócuos e nutritivos (por exemplo, os grupos de baixa renda podem estar expostos a alimentos que apresentem um maior risco de contaminação). O entorno alimentar, que constitui o ponto de encontro entre os consumidores e o sistema alimentar, pode contribuir de forma importante para a adoção de hábitos de alimentação sustentáveis e saudáveis, ao influenciar na eleição dos alimentos, em sua aceitabilidade e no regime alimentar geral³⁴. A assistência social destinada a colocar alimentos ao alcance da população pobre e vulnerável das zonas urbanas pode ser um mecanismo complementar para apoiar cadeias de provisão eficientes que tenham como finalidade que haja alimentos acessíveis para todos.

■ Apoiar a participação ativa de todos os agentes que intervêm nos sistemas alimentares (em especial os mais vulneráveis) e criar consenso sobre as medidas aplicáveis

Possibilitar a participação dos agentes mais vulneráveis nos sistemas alimentares envolve mais que simplesmente dar voz a eles. Suas opiniões devem ser incluídas nas tomadas de decisões, no planejamento e no desenho de sistemas alimentares sustentáveis, a fim de reduzir as desigualdades socioeconômicas

(incluindo os vieses relacionados à juventude e ao gênero), proporcionar meios de subsistência sustentáveis a diferentes agentes do setor alimentar e garantir a segurança alimentar e dietas saudáveis para todos.

A participação nos sistemas alimentares pode ser fortalecida em dois níveis principais de governança: a) a nível nacional, entre outras coisas, por meio da criação e a habilitação de mecanismos de governança dos sistemas alimentares nos quais os governos municipais e regionais participem, a participação de agentes relacionados à alimentação e à agricultura na elaboração de políticas urbanas nacionais; e b) a nível municipal e territorial, mediante a criação de mecanismos participativos para avaliação, planejamento e aplicação de medidas no que diz respeito aos sistemas alimentares que incluam, de maneira efetiva, a sociedade civil, o setor privado e os representantes das comunidades, prestando especial atenção à participação das partes interessadas mais vulneráveis.

■ Fomentar a economia inclusiva, o espírito empresarial e o emprego decente, especialmente para os agentes do sistema alimentar de pequena escala e do setor informal

Além de garantir meios de vida dignos, especialmente para os agentes alimentares de pequena escala, deve-se prestar maior atenção na economia alimentar informal, que é um componente chave dos sistemas alimentares urbanos, em particular nos países de baixa e média renda. Além de representar uma importante fonte de alimentos para as populações urbanas em crescimento, o setor informal absorve uma importante proporção da população ativa (incluindo os migrantes rurais), oferecendo importantes oportunidades de subsistência. Para potencializar ao máximo a segurança alimentar, a nutrição, os benefícios culturais e socioeconômicos que oferecem as economias alimentares informais nas zonas urbanas, existe uma grande necessidade de reforçar a condição dos agentes alimentares de pequena escala e do setor informal, bem como seu acesso aos mercados, apoiando suas cooperativas e associações, facilitando seu acesso à terra, ao espaço público, à infraestrutura e aos serviços, e fomentando suas capacidades em relação à qualidade dos alimentos, inocuidade e as negociações estratégicas sobre mercados. Para complementar os enfoques convencionais da economia de mercado, as economias sociais e solidárias podem ser pontos de partida úteis para fomentar as sinergias entre os objetivos econômicos, meio ambientais e sociais e melhorar a resiliência geral dos sistemas alimenta-

res⁵⁵. Isso incluiria o apoio às empresas alimentares que propõem melhorar a qualidade de vida de suas comunidades mediante a geração de capital natural e social no todo contínuo rural-urbano. Possibilitar relações de colaboração nas cadeias de valor que melhorem a inclusão social também é factível quando os governos locais defendem planos inovadores que incluem associações entre o setor público (em distintos níveis) e privado (por exemplo, mercados e instalações de processamento municipais em propriedades públicas administradas por empresas privadas).

3. Resiliência e sustentabilidade (proteger o futuro)

Quando as cidades não conseguem se adaptar ao ritmo de crescimento da população urbana —isto é, canalizar o desenvolvimento e proporcionar serviços e infraestrutura básicos— proliferam os bairros marginais, aumenta a contaminação, desaparecem os espaços verdes, e as zonas urbanas se tornam vulneráveis aos desastres, às perturbações e aos riscos relacionados ao clima. Os sistemas alimentares podem contribuir de forma importante a incrementar a resiliência e a sustentabilidade das zonas urbanas dada a função que desempenham em conformar os padrões de uso da terra, consumo e eliminação de dejetos, bem como por sua notável contribuição para a mudança climática. Melhorar a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas alimentares implica:

■ Apoiar os princípios de uma bioeconomia circular

O objetivo de uma bioeconomia circular é utilizar os recursos naturais durante mais tempo e, na medida do possível, evitar os dejetos e a contaminação ambiental, ao mesmo tempo que são criadas oportunidades de avanço econômico⁴⁴. No que diz respeito aos sistemas alimentares, uma bioeconomia circular pode contribuir para a segurança alimentar e para a nutrição, fornecer benefícios meio ambientais e gerar renda graças ao bom uso dos recursos naturais, matérias-primas e os produtos, e sua reutilização ou transformação. Nas zonas urbanas, as estratégias de bioeconomia circular centradas no desenvolvimento de políticas e práticas alimentares ambientalmente responsáveis que mitiguem as perdas e o desperdício de alimentos, alimentem o aproveitamento dos subprodutos e coprodutos da indústria alimentar (isto é, combustível, extração de pectina, alimentos para o gado, compostos bioativos e fontes de fibra), e estabeleçam uma sólida infraestrutura de compostagem que possam fazer uma contribuição importante para a resiliência e para a sustentabilidade dos sistemas alimentares.

■ Promover a conservação, o uso e a gestão sustentável dos recursos naturais e os serviços ecossistêmicos

Os recursos naturais (por exemplo, minerais, solo, água, ar, sementes de plantas e populações de peixes) e os serviços ecossistêmicos funcionais (por exemplo, regulação das inundações, secas, degradação das terras, formação de solos e ciclos de nutrientes) servem de base para a produção agrícola, o consumo rural-urbano e o funcionamento a longo prazo dos sistemas alimentares⁷². A gestão sustentável dos recursos implica adotar práticas de produção respeitadas com o meio ambiente, promover práticas climaticamente inteligentes e a diversificação dos cultivos, prevenir as perdas de alimentos e reduzir os dejetos. Dado que os padrões de produção e consumo de alimentos definem, em grande medida, a repercussão dos sistemas alimentares nos recursos naturais, as dietas urbanas sustentáveis devem ser consideradas como um fator crucial da sustentabilidade dos sistemas alimentares. A redução e a prevenção das perdas e do desperdício de alimentos reduzem a pressão sobre a crescente produção dos mesmos e, como tais, reduzem a necessidade de matérias-primas. Neste contexto, deve-se considerar como objetivo, recuperar, em relação a sua redistribuição para o consumo humano, alimentos inócuos e nutritivos que corram o risco de serem descartados ou de se converterem em dejetos. Estratégias importantes para alcançá-lo são educar o consumidor e instaurar políticas que facilitem a redistribuição (como a regulação das doações ou a simplificação da indicação de datas). Os alimentos recuperados também podem servir de programas de proteção social e iniciativas de redes de segurança, criando, assim, sinergias importantes entre bioeconomia circular, saúde pública e bem-estar social.

■ Criar entornos urbanos saudáveis e seguros

Proteger os interesses das gerações futuras também depende da qualidade e da resiliência do entorno físico nas cidades. Dever-se-á prestar especial atenção nos bairros marginais que tendem a estar situados em lugares perigosos e de alto risco, e se caracterizam por direitos de posse frágeis, infraestruturas inadequadas e um acesso limitado a serviços básicos, água potável e instalações de saneamento, o que se traduz em baixos níveis de inocuidade dos alimentos, criando riscos constantes para os meios de subsistência e saúde da população pobre urbana.

■ Reconduzir as vias de desenvolvimento, considerando os riscos climáticos e os fatores de

vulnerabilidade no planejamento dos sistemas alimentares urbanos

A disponibilidade de alimentos urbanos depende das provisões locais, regionais e, frequentemente, mundiais. As perturbações e pressões climáticas podem limitar a oferta e a demanda de alimentos, exacerbando a insegurança alimentar e a má nutrição. Em particular, as limitações relacionadas à mudança climática na produção agrícola podem afetar os consumidores urbanos devido à redução de provisão ou aumento dos preços. Os fenômenos extremos podem interromper os mercados urbanos, os serviços e o acesso aos alimentos. Além disso, os desastres naturais relacionados ao clima e à mudança das temperaturas podem prejudicar o armazenamento e o transporte de alimentos e acrescentar o risco geral de contaminação desses últimos.

4. Conexões e interconexões dos sistemas alimentares (importância de uma perspectiva integrada)

Os objetivos de segurança alimentar e nutricional não devem ser abordados isoladamente já que estão intimamente relacionados aos objetivos de sustentabilidade de setores como saúde pública, proteção social, agricultura, meio ambiente, parques e atividades recreativas, comércio, turismo, moradia, emprego, infraestrutura, transporte, energia e uso da terra. Dada sua natureza multidimensional (múltiplos objetivos, múltiplos setores e múltiplos agentes), a segurança alimentar e nutricional requer que sejam adotadas medidas através de um enfoque de governança integrada e em vários níveis que se baseie em provas sólidas, leve em conta os riscos e harmonize a intervenção com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais amplos. Os componentes fundamentais deste enfoque são:

■ Criar uma visão integrada para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável específicos de cada país

Isso deveria incluir a posição estratégica do país no contexto internacional, a função e a importância relativa de cada setor produtivo e a maneira de materializar uma visão para o desenvolvimento sustentável através de políticas e medidas de diferentes instâncias de governo.

■ Reconhecer o valor das associações estratégicas para a ação integrada

É necessário prestar atenção nas repercussões econômicas, meio ambientais e sociais do sistema alimentar para evitar atividades e resultados que obstaculizem o desenvolvimento urbano sustentável.

Isso exige uma estreita colaboração dentro dos distintos níveis governamentais e entre eles, bem como entre as diversas partes interessadas (incluindo os associados para o desenvolvimento e o setor privado) no propósito de criar sinergias entre diferentes tipos de intervenções nos sistemas alimentares dentro da agenda de desenvolvimento urbano mais ampla.

■ Estabelecer sequências para as intervenções fundamentais

A capacidade de gerir sistemas complexos requer uma compreensão holística do conjunto para identificar áreas estratégicas de intervenções chave. Nem todas as necessidades de desenvolvimento podem ser abordadas ao mesmo tempo. Por tanto, é importante determinar as prioridades e estabelecer uma sequência de ações bem definidas por meio de um processo participativo no qual sejam consideradas as necessidades mais urgentes dos grupos vulneráveis.

■ Colocar ênfase nas interrelações entre distintas dimensões da alimentação urbana.

É necessária uma integração horizontal entre setores e ao longo de todas as etapas da cadeia de provisão (por exemplo, agricultura, gestão de recursos naturais, transporte e infraestrutura para a distribuição, energia para o processamento, gestão dos subprodutos, inocuidade dos alimentos, etc.) a fim de aumentar, ao máximo, as sinergias socioeconômicas e meio ambientais com a agenda de desenvolvimento mais amplo. Além disso, é necessário mobilizar mecanismos de planejamento urbano como são as cadeias de abastecimento curtas e simplificadas e as regulamentações sobre usos da terra e zoneamento para melhorar a repercussão da gestão dos recursos rurais sobre a segurança alimentar e a nutrição urbanas, melhorar as capacidades das regiões urbanas para resistir a pressões e perturbações e fortalecer a cooperação rural-urbana mediante práticas sustentáveis de ordenação da terra, da água, da pesca e da atividade florestal que minimizem as repercussões da mudança climática²⁰ e criem entornos urbanos saudáveis.

■ Abordar os déficits de dados e de conhecimentos acerca dos sistemas alimentares urbanos

Agenda 2030 enfatiza a necessidade de abordar os objetivos de desenvolvimento sobre uma melhor base de dados para o planejamento e avaliação comparativa dos avanços. A referida ênfase reflete as petições emergentes dos governos locais de contar com os dados sólidos e marcos de indicadores vii que permitam que as cidades obtenham as provas necessárias para desenhar iniciativas, colocá-las em prática e medir suas repercussões,

fazer o seguimento dos avanços para as metas fixadas e ajustar devidamente as prioridades e as intervenções viii. Isso também implica desenvolver e difundir os conhecimentos pertinentes sobre alimentação e nutrição para os operadores do setor alimentar, os lares pobres que dispõem de pouca renda para poder eleger e buscar variedade na hora de satisfazer suas necessidades energéticas e nutricionais, e os encarregados de formular políticas urbanas, que necessitam poder medir os avanços para a segurança alimentar e uma dieta saudável, bem como detectar o quanto antes as deficiências de intervenção e as novas necessidades de investigação.

■ Promover sistemas de governança do setor alimentar com múltiplos

Agentes e níveis

Um passo fundamental em direção à integração efetiva da segurança alimentar e nutricional no desenvolvimento urbano é o uso de mecanismos socialmente inclusivos, como conselhos de política alimentar multissetoriais e de vários níveis, associações ou grupos de ligação e assessoramento sobre sistemas alimentares que promovam a colaboração entre os setores público e privado, e facilitem a coordenação através de diferentes âmbitos políticos e escalas de governança.

Os quatro princípios reitores transversais servem para sustentar as principais funções da FAO no apoio à Agenda Alimentar Urbana. Sustentam também as funções básicas requeridas para alcançar os resultados perseguidos e marcam a direção para executar um programa de ação mundial (Figura 1). O alcance dos princípios reitores está estreitamente relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Tabela 2).

Tabela 2: Contribuição dos princípios reitores nos objetivos de desenvolvimento sustentável

Princípios transversais	1 ERADICAÇÃO DA FOME	2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO	3 SAÚDE BOM-ESTAR	4 EDUCAÇÃO QUALIDADE	5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 AGUA LIMPA E SANEAMENTO	7 ENERGIA LIMPA	8 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	9 INFRAESTRUTURA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	10 Cidades e comunidades sustentáveis	11 Cidades e comunidades sustentáveis	12 Consumo responsável	13 Ação climática	14 Vida aquática	15 Vida terrestre	16 Paz, justiça e instituições sólidas	17 Parcerias para o desenvolvimento
Sinergias entre o mundo rural e o urbano Importância do espaço																	
Inclusão social e igualdade Não deixar ninguém para trás																	
Resiliência e sustentabilidade Proteger o futuro																	
Conexões e interconexões dos sistemas alimentares Importância de uma perspectiva integrada																	

Figura 1. **Uso dos princípios reitores para adaptar os fins e definir medidas sistêmicas para a agenda alimentar urbana**

Visão 2030 da FAO para a Agenda Alimentar Urbana:

Sistemas alimentares resilientes, integrados, sustentáveis e inclusivos, que garantam que todas as pessoas, em todos os lugares, estejam livres da fome e de todas as formas de má nutrição graças à aplicação de políticas, planos e medidas coordenadas por parte de diferentes níveis de governo, instituições e partes interessadas que intervenham no desenvolvimento urbano e territorial.



Missão da FAO para a Agenda Alimentar Urbana:

A FAO compromete-se a ajudar na aplicação de políticas, planos e medidas centrados nas pessoas, baseados nas necessidades, inclusivos e integrados, que fomentem o desenvolvimento urbano e territorial sustentável por meio de sistemas alimentares resilientes e sustentáveis, que melhorem os meios de subsistência e as oportunidades de emprego nas zonas rurais e urbanas, e que garantam que todas as pessoas estejam livres da fome de todas as formas de má nutrição. A FAO proporcionará assistência para o fomento da capacidade e assistência em matéria de políticas às instituições nacionais e subnacionais para o desenvolvimento de enfoques territoriais dos sistemas alimentares, ao mesmo tempo que facilitará uma governança em múltiplos níveis que propicie sistemas alimentares sustentáveis e uma melhora da nutrição.

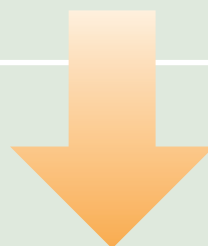


Princípios reitores para o marco:

1. Sinergias entre o mundo rural e urbano (importância do espaço)
2. Inclusão social e igualdade (não deixar ninguém para trás)
3. Resiliência e sustentabilidade (proteger o futuro)
4. Conexões e interconexões dos sistemas alimentares (importância de uma perspectiva integrada).

Resultados pretendidos:

1. Integração sistemática e apoio em matéria de políticas.
2. Governança.
3. Geração de conhecimentos e fomento da capacidade.
4. Divulgação e promoção.
5. Associação e investimento.



Realização através de algumas áreas gerais de apoio:

1. Políticas urbanas nacionais e instituições transformadoras.
2. Governança local e planejamento dos sistemas alimentares.
3. Cadeias curtas de provisão e aquisição pública de alimentos.
4. Inovação no setor agroalimentar nas pequenas cidades.
5. Entorno alimentar e espaços verdes públicos para algumas cidades saudáveis.
6. Cadeias de provisão otimizadas e bioeconomia sustentável para reduzir as perdas de alimentos.
7. Divulgação baseada em dados objetivos para melhorar a alimentação urbana mundial.



IV. Função, visão e missão da FAO para a Agenda Alimentar Urbana

Comparada a outras organizações intergovernamentais, a FAO encontra-se em uma posição única para fornecer apoio à Agenda Alimentar Urbana, dada sua dilatada experiência em fomentar e melhorar a capacidade das partes interessadas pertinentes, colocar em prática iniciativas colaborativas, e apoiar a formulação de políticas para melhorar a segurança alimentar e nutricional. Ao advogar pelo desenvolvimento de sistemas alimentares resilientes, inclusivos e sustentáveis, que se baseiem em vínculos mutuamente benéficos entre o mundo rural e o urbano, o marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana fará uma importante contribuição para erradicar a fome, aumentar o emprego e melhorar a disponibilidade e acessibilidade de alimentos nutritivos e entornos verdes, fazendo com que as cidades sejam mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

O marco da FAO para a Agenda Alimentar urbana contempla alguns sistemas alimentares resilientes, integrados, sustentáveis e inclusivos que garantam que todas as pessoas, em todos os lugares, estejam livres da fome e da má nutrição graças à aplicação de

políticas, planos e medidas coordenadas por parte de diferentes níveis de governo, instituições e partes interessadas que intervenham no desenvolvimento urbano e territorial. O veículo fundamental para alcançar essa visão é o empoderamento dos agentes que intervenham em diferentes níveis de governança (local, regional^{ix}, nacional e mundial) e sua participação no desenho e na aplicação de políticas urbanas e territoriais centradas nas pessoas mediante um enfoque baseado nos direitos^x. Neste enfoque dos sistemas baseados nos direitos, destaca-se a importância de situar a justiça social e o reconhecimento da diversidade e da diferença em qualquer marco que pretenda abordar a insegurança alimentar e a má nutrição. No contexto urbano, é necessário prestar especial atenção nas limitações dos meios de subsistência aos quais enfrentam os pequenos agentes do setor alimentar e outros pequenos agentes de outros setores, bem como na segurança alimentar e nutricional das comunidades mais vulneráveis —incluídos migrantes, mulheres, crianças e pessoas de idade avançada— que residam em bairros marginais.

Missão da FAO para a Agenda Alimentar Urbana:

A FAO compromete-se a ajudar na aplicação de políticas, planos e medidas centradas nas pessoas, baseadas nas necessidades, inclusivas e integradas, que fomentem o desenvolvimento urbano e territorial sustentável por meio de sistemas alimentares resilientes e sustentáveis, que melhorem os meios de subsistência e as oportunidades de emprego nas zonas rurais e urbanas, e garantam que todas as pessoas estejam livres da fome de todas as formas de má nutrição. A FAO proporcionará assistência para o fomento da capacidade e assistência em matéria de políticas às instituições nacionais e subnacionais para o desenvolvimento de enfoques territoriais dos sistemas alimentares, ao mesmo tempo que facilitará uma governança em múltiplos níveis que propicie sistemas alimentares sustentáveis e uma melhora da nutrição.

V. Resultados pretendidos para a Agenda Alimentar Urbana

Guiada pelos princípios deste marco, a FAO exercerá suas funções básicas para avançar em direção a um conjunto de resultados que se deseja alcançar. Analisa-se, a seguir, o diverso trabalho necessário para alcançar cada um dos resultados como passo preliminar para um programa de ação mundial.

Integração sistemática e apoio em matéria de políticas

RESULTADO PRETENDIDO: Integração da segurança alimentar e da nutrição em todas as políticas, estratégias e planos, reconhecendo a necessidade de criar vínculos que se reforcem mutuamente entre as zonas urbanas (incluindo as cidades intermediárias e de pequeno tamanho, e as comunidades) e as zonas rurais.

Devido às diferenças que existem na visão estratégia dos países acerca do desenvolvimento sustentável, nas eleições estratégias no que diz respeito aos alimentos, bem como no tamanho e nas características socioeconômicas, meio ambientais e de governança, os diferentes territórios apresentam funções diferentes na segurança alimentar e na nutrição dentro da agenda nacional, e têm necessidades e prioridades específicas. No lugar de propor soluções preparadas de antemão, a FAO reconhece o valor da diversidade dos sistemas alimentares e sua contribuição às dietas saudáveis. Na prática, isso traz consigo:

- Determinar e avaliar as necessidades específicas do contexto rural-urbano/regional e as carências nas políticas a fim de proporcionar aos encarregados de adotar decisões no plano nacional e, sobretudo, local, uma compreensão holística de como funcionam os sistemas alimentares, de onde provêm os alimentos, como são distribuídos e utilizados, e onde, como e para quem os sistemas criam segurança ou insegurança alimentar e hábitos de alimentação saudável ou não saudável. Em consonância com este enfoque holístico, deve-se compreender bem as repercussões do sistema alimentar nas diferentes dimensões da sustentabilidade —econômica, social e meioambiental—. Isso permitirá tomar medidas fundamentais dirigidas aos pontos principais para aumentar a resiliência, a sustentabilidade, a salubridade e o caráter inclusivo do sistema alimentar e para melhorar a segurança alimentar e garantir uma boa nutrição. Um primeiro passo importante é alcançar uma compreensão da dinâmica atual do sistema alimentar adequado para a cidade e suas repercussões em diferentes grupos de população.
- Colaborar com os governos nacionais a fim de criar um entorno normativo propício para os agentes locais do sistema alimentar, por exemplo, elaborando legislação e regulamentações que melhorem a inocuidade dos alimentos, a segurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo que garantam um processo inclusivo de participação de múltiplas partes interessadas.
- Apoiar o desenho e a aplicação de um enfoque de políticas integrado, coerente e coordenado da segurança alimentar e de uma boa nutrição em todos os níveis de governança. Isso implica considerar as interconexões entre alimentação e saúde pública, desenvolvimento social, agricultura sustentável, geração de emprego, gestão regenerativa dos recursos e o uso do solo nas zonas urbanas e rurais. É necessário prestar especial atenção nas possíveis compensações entre as repercussões positivas e negativas das intervenções setoriais. Por exemplo, fomentar a demanda de um produto rico em nutrientes pode beneficiar aqueles que intervêm na cadeia de valor deste produto, mas comprometer a acessibilidade do produto se aumentada a demanda sem que haja uma estratégia bem planejada que permita aumentar a produção.
- Melhorar a capacidade institucional e de governança dos agentes nacionais e locais para aplicar as normas e os compromissos mundiais sobre promoção do desenvolvimento urbano sustentável.
- Apoiar o desenvolvimento de políticas nacionais e subnacionais inovadoras (entre elas ordenanças, regulamentos, normativas e outros instrumentos de política ou governança) para melhorar a inclusão social e especial, fomentar um desenvolvimento rural sustentável que se baseie em sinergias entre o mundo rural e o urbano, e apoiar diversos sistemas alimentares (incluindo os de pequena escala e não estruturados) que forneçam alimentos inócuos e nutritivos.

Apoio à governança

RESULTADO PRETENDIDO: Fortalecimento da governança dos sistemas alimentares e dos espaços verdes de forma multisetorial, em múltiplos níveis e com múltiplos agentes, reconhecendo a função essencial que cumprem os governos locais e a necessidade de apoiá-los com dados e análises dos sistemas alimentares urbanos gerados de maneira oportuna.

Para que as políticas e os princípios transversais possam ser levadas à prática, a FAO apoiará uma governança participativa efetiva e mecanismos de coordenação para alcançar sistemas alimentares urbano-rurais sustentáveis por vários meios:

- Facilitar a coordenação vertical entre os governos locais e nacionais mediante o apoio e a criação de mecanismos de governança em múltiplos níveis, também entre as zonas urbanas e as zonas rurais.
- Apoiar o desenvolvimento de marcos de governança a instituições para facilitar a integração da segurança alimentar e nutricional no programa de desenvolvimento e planejamento urbano.
- Facilitar a coordenação intersetorial ou horizontal e a participação inclusiva de múltiplas partes interessadas nos sistemas alimentares locais.

Para manter as intervenções ao longo do tempo, é essencial que, na formulação, na execução e no acompanhamento de políticas e programas nos quais são abordadas a segurança alimentar e a má nutrição haja uma intensa colaboração entre as principais partes interessadas dos setores público e privado, incluída a sociedade civil.

Geração de conhecimentos e fomento da capacidade

RESULTADO PRETENDIDO: Empoderamento dos agentes dos sistemas alimentares para que participem ativamente na tomada de decisões e na ação local a fim de promover sistemas alimentares resilientes, sustentáveis e inclusivos, e dietas saudáveis, especialmente para os grupos vulneráveis das cidades e para os produtores familiares ou pequenos nas zonas rurais.

Será fomentada a criação de capacidade mediante a criação de “focos” de aprendizagem (e outros mecanismos) que proporcionem para as instituições urbanas e para as entidades públicas e privadas pertinentes:

- Conhecimentos e uma base de dados objetivos comuns sobre os sistemas alimentares nos quais se baseiem as estratégias, políticas e programas municipais e regionais em matéria de segurança alimentar e nutricional urbana.
- Apoio técnico para desenvolver e fortalecer a capacidade dos agentes do setor alimentar de pequena escala (por exemplo, agricultores, comerciantes elaboradores de pequeno e médio tamanho e varejistas) para melhorar as capacidades em relação à produção, à elaboração, à gestão de empresas, à comercialização e ao acesso aos mercados urbanos e aos consumidores por meio de serviços de assessoramento holísticos.
- Apoio técnico para desenhar e aplicar enfoques de governança participativa no planejamento dos sistemas alimentares que dão poder aos agentes de pequena escala (por exemplo, a sociedade civil, os organismos de capacitação, o setor privado e os empreendedores do setor alimentar das comunidades, incluídos os vendedores de rua de alimentos) e promover sua inclusão na Agenda Alimentar Urbana.

Em consonância com o compromisso da Organização com o empoderamento e a apropriação nacionais e locais, a FAO apoiará: 1) os encarregados de adotar decisões, a níveis nacional e local, a fim de que desempenhem de maneira eficaz sua função no desenho e na aplicação de políticas e planos integrados, bem como de instrumentos jurídicos e de regulação para a Agenda Alimentar Urbana; 2) os principais agentes de todo o sistema alimentar a fim de promover sua participação nos processos de política, e ajudá-los a tomar decisões fundamentais em sua atividade cotidiana relacionada à alimentação, à saúde e ao bem-estar. A FAO compromete-se, em especial, a:

Apoiar a identificação de medidas eficazes para promover sistemas alimentares resilientes e sustentáveis, e garantir a oportuna difusão dos resultados das investigações.

- Desenvolver e difundir metodologias e ferramentas que melhorem a compreensão nacional e local das características, as dinâmicas e as limitações dos sistemas alimentares e sua conexão com outros setores ou sistemas, acompanhadas de assistência técnica pertinente para colocá-las em prática.

- Facilitar a criação e o uso de marcos analíticos para as políticas e os programas de alimentação urbana que possam ajudar as partes interessadas locais, subnacionais e nacionais a determinar, desenhar e aplicar os enfoques de política necessários para abordar os problemas e as prioridades específicos do contexto da Agenda Alimentar Urbana.
- Facilitar o desenho e a utilização de um sistema de acompanhamento das políticas integrais de alimentação urbana (por exemplo, mediante pesquisas nos lares que reúnam sistematicamente informação sobre a disponibilidade de alimentos apropriados, inócuos, suficientes e nutritivos, e o acesso aos mesmos), que permita aos agentes locais fazerem uma avaliação comparativa dos avanços e intercambiar conhecimentos sobre dietas saudáveis e questões conexas.
- Ajudar a fomentar medidas piloto inovadoras (a nível comunitário, urbano, municipal e regional) que tenham um grande potencial de ampliação, oferecendo oportunidades para impulsionar a iniciativa empresarial dos pequenos agricultores familiares, e adotar enfoques que melhorem a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas alimentares (por exemplo, agricultura climaticamente inteligente, agroecologia, agricultura de conservação, ordenação sustentável do solo, etc.).
- Apoiar a participação ativa dos agentes do sistema alimentar, incluídos os consumidores-cidadãos, nos processos de política, aumentando sua conscientização sobre como suas atividades diárias relacionadas aos alimentos podem contribuir para a resiliência, a sustentabilidade e para o caráter inclusivo dos sistemas alimentares.
- Apoiar a aplicação das normas e dos compromissos mundiais e a inclusão das pesquisas e censos nacionais de alguns indicadores e valores de referência dos sistemas alimentares sustentáveis em todos os aspectos do desenvolvimento urbano e territorial.

Divulgação e promoção

RESULTADO PRETENDIDO: Sensibilização em todos os níveis sobre a importância de alguns sistemas alimentares resilientes, inclusivos e sustentáveis tanto nas zonas rurais como nas urbanas.

Para garantir que as mensagens fundamentais cheguem a todos os agentes aos que se refere este

marco a nível mundial, regional e nacional e os influenciem, a FAO se ocupará de:

- Advogar por sistemas alimentares urbanos resilientes, inclusivos e sustentáveis dentro dos foros pertinentes e diante das organizações associadas, os encarregados de formular políticas nacionais e locais e os organismos regionais.
- Organizar e facilitar atos de alto nível para aumentar a conscientização sobre a Agenda Alimentar Urbana, e criar oportunidades de colaboração em torno deles.
- Estabelecer e manter plataformas mundiais, nacionais e regionais de múltiplas partes interessadas e multisetoriais para apoiar o intercâmbio de conhecimentos e competências entre as cidades e as comunidades locais. Isso incluirá o desenvolvimento de um repositório mundial de boas práticas sobre políticas, programas e iniciativas para a Agenda Alimentar Urbana.

Associação e investimento

RESULTADO PRETENDIDO: Fortalecimento das associações a fim de ampliar as repercussões positivas das políticas e estratégias de alimentação urbana, e conseguir investimentos públicos e privadas para o fomento de sistemas alimentares resilientes, inclusivos e sustentáveis tanto para as zonas rurais como para as urbanas.

Considerando a complexidade e a diversidade da Agenda Alimentar Urbana mundial, a FAO colaborará com diferentes associados para aumentar a coerência das políticas e ampliar as repercussões positivas alcançadas a nível territorial. Com o intuito de oferecer sistemas alimentares resilientes, sustentáveis e inclusivos nas zonas urbanas e seu entorno, a FAO facilitará também a mobilização de inversões públicas e privadas. Em particular, a Organização se ocupará de:

- Apoiar associações em todos os pontos de conexão entre o mundo rural e o urbano (organizações de produtores, cooperativas, organizações da sociedade civil, intermediários, maioristas, consumidores, agentes do setor privado, etc.) para fazer com que os sistemas alimentares sejam resilientes, sustentáveis e inclusivos a longo prazo graças ao fortalecimento dos vínculos entre o mundo rural e urbano, a criação de postos de trabalho, a proteção dos

recursos naturais e a melhoria da segurança alimentar e da nutrição.

- Intensificar a colaboração com entidades das Nações Unidas e organismos especializados, associados para o desenvolvimento internacionais e bilaterais, organizações da sociedade civil e o setor privado para garantir que o desenvolvimento de sistemas alimentares vinculados às cidades contribua para colocar em prática iniciativas mundiais (como o Acordo de Paris, a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana) a nível local e apoiar uma urbanização resiliente e sustentável.
- Fomentar a colaboração para além dos limites jurisdicionais por meio de um intercâmbio de informação que favoreça a adaptação e a inovação no momento de se associar com os governos locais.
- Promover associações com redes de municípios transnacionais e suas seções descentralizadas a fim de melhorar sua contribuição nos sistemas alimentares sustentáveis e na nutrição, e velar para que esse labor se assemelhe ao que realizam para influenciar nas agendas internacionais que contenham medidas sobre o clima e os recursos hídricos⁶².
- Criar e promover coalizões de países para influenciar na governança dos sistemas alimentares em escala mundial através de um enfoque sistêmico conforme o qual os governos locais defendam as políticas e a legislação pertinentes, facilitem a difusão e o intercâmbio de boas práticas, ilustrem os êxitos e desafios e forneçam apoio para acelerar a implementação.
- Promover associações estratégicas para garantir a sustentabilidade financeira das intervenções relacionadas à Agenda Alimentar Urbana, facilitando o compromisso dos governos locais com os associados para potencializar a mobilização de recursos.
- Apoiar a planificação de investimentos públicos e o desenvolvimento de modelos operativos (inclusive com representantes chave do setor privado) para elaborar casos hipotéticos nos quais todos (produtores e consumidores) saiam ganhando, prestando uma grande atenção nas questões sociais e meio ambientais.

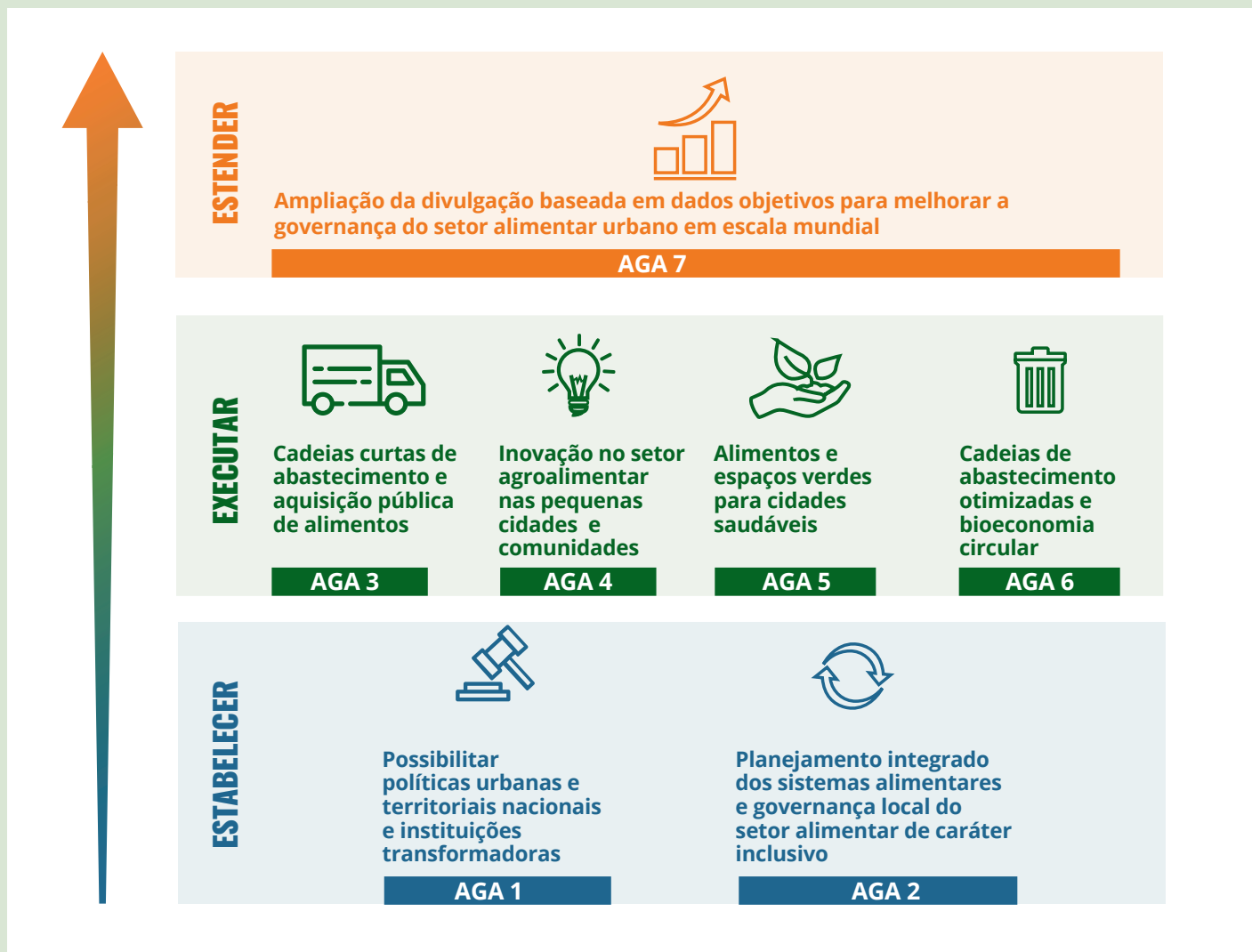
VI. Realização do programa de ação em matéria de alimentação urbana através de algumas áreas gerais de apoio

O programa de ação da FAO, em matéria de alimentação urbana, será realizado através de sete áreas gerais de apoio (AGA), nas quais um elemento destacado é a criação de um mecanismo de governança local, considerado fundamental para adaptar as leis e regulamentações nacionais às estratégias locais e servirá de plataforma flexível para determinar as prioridades específicas adaptadas às necessidades locais (vide Figura 2). As AGA compõem o **enfoque triplo 3E** com o qual a FAO, junto de seus associados, ajudará os governos a: i) **estabelecer** o entorno normativo adequado através de disposições legislativas, de regulação, de governança e de empoderamento das instituições, que resultem em um investimento maior que seja eficaz, e em informação e dados de livre acesso (AGA 1 e 2); ii) **executar** as medidas necessárias, segundo as realidades específicas de cada contexto (por exemplo, tamanho da cidade e topografia da região), entre outras coisas, mediante cadeias de abastecimento mais curtas; planos de proteção social e medidas inclusivas de aquisição pública de alimentos; atividades econômicas e emprego no setor agroalimentar de caráter inovador e sustentável que favoreçam alguns territórios funcionais e prósperos; o entorno alimentar saudável; maior acesso a espaços verdes e a cadeias de abastecimento otimizadas, e uma bioeconomia circular destinada a reduzir as perdas e o desperdício de alimentos (AGA 3, 4, 5 e 6); iii) **estender as boas práticas** por meio do intercâmbio de informação e das relações de colaboração trans-locais (cooperação com outros governos locais da mesma zona metropolitana, província, região, país ou do estrangeiro) para criar um efeito dominó dentro dos países e internacionalmente, e criar uma base para um foro mundial neutral que promova a participação de diferentes níveis governamentais e diversas partes interessadas para estabelecer normas e boas práticas em matéria de governança do setor alimentar (AGA 7). Esta modalidade de triplo enfoque para apoiar os países está em consonância com os mecanismos de atuação recentemente propostos pela FAO

e pelo Banco Mundial, os quais situam as instituições transformadoras em uma posição decisiva para que possibilitem o desenvolvimento de políticas e medidas de governança eficazes que estabeleçam a base para alcançar os resultados interconectados que se deseja obter, isto é: alimentos suficientes, acessíveis, nutritivos, variados e inócuos; postos de trabalho remunerativos; um melhor setor agroempresarial e sistemas de agricultura e alimentação sustentáveis⁶⁰.

As sete AGA baseiam-se em apoio relacionado com todos os programas estratégicos (PE) da FAO. A contribuição para a erradicação da fome, a insegurança alimentar e a má nutrição (PE 1) são buscadas diretamente mediante assistência em matéria de políticas e de análises de entorno alimentar. A criação de sistemas agrícolas e alimentares mais inclusivos e eficientes (PE 4) integra o objetivo de todas as AGA, desde planificar o desenvolvimento dos sistemas alimentares, aplicando enfoques de múltiplas partes interessadas, até ajudar a elaborar enfoques de bioeconomia circular para melhorar a gestão dos resíduos de alimentos. O aumento de resiliência dos meios de subsistência diante de ameaças e crises (PE 5) forma parte do processo de planejamento onde se dá prioridade às medidas destinadas à preparação diante de emergências e perturbações climáticas. Em virtude do fortalecimento dos vínculos entre o mundo rural e o urbano e do apoio ao desenvolvimento socioeconômico nas pequenas cidades e povos, este marco melhorará os meios de subsistência rurais, contribuindo para o PE 3 sobre a redução da pobreza rural. Mediante a otimização das intervenções relativas às cadeias curtas de abastecimento com fins de sustentabilidade agrícola — o qual inclui questões sobre eficiência no uso dos recursos, recursos naturais e agrobiodiversidade, melhora dos meios de subsistência, resiliência das comunidades e melhora da governança —, o marco contribuirá para o PE 2, isto é, para fazer com que a agricultura, a atividade florestal e a pesca sejam mais produtivas e sustentáveis.

Figura 2. Enfoque triplo da fao e áreas gerais de apoio (aga) à agenda alimentar urbana



AGA 1: Políticas urbanas e territoriais nacionais eficazes e instituições transformadoras para potencializar os sistemas alimentares sustentáveis



As estratégias dirigidas para garantir sistemas alimentares sustentáveis devem ser incorporadas a um planejamento estratégico mais amplo de vários níveis (nacional, regional e comunitário), recorrendo a processos de planejamento participativo e à colaboração, em particular com grupos excluídos e vulneráveis, e reconhecendo que cada zona urbana tem circunstâncias históricas, geográficas e político-econômicas específicas e seus próprios marcos regulamentares.

Embora o presente marco introduza uma abordagem nova da colaboração entre a FAO e os governos sub-nacionais, a organização reconhece que os governos nacionais devem oferecer a liderança necessária para garantir a coordenação das políticas urbanas. Quando os governos das cidades padeçam de debilidade, fragmentação e falta de recursos⁶⁸, a FAO aproveitará seus compromissos existentes com os governos centrais para garantir que os sistemas alimentares sustentáveis e a segurança alimentar e nutricional sejam incluídos em todas as políticas nacionais que influenciam nas regulamentações e no planejamento urbanos. A FAO advogará, a nível nacional, para que se reconheçam a heterogeneidade, a diversidade e a complexidade dos desafios que afetam os sistemas alimentares, bem como as diferenças na capacidade para efetuar mudanças a nível local. Os governos centrais serão apoiados para que proporcionem coerência e criem marcos de coordenação das leis e regulamentações nacionais, potencializando a capacidade institucional em relação às estratégias orientadas à ação que apoiem o desenvolvimento urbano e territorial sustentável.

No caminho em direção ao alcance dos objetivos da Agenda 2030 e à aplicação plena da Nova Agenda Urbana, assinada na Conferência Habitat III em 2016, vários países estão enfatizando as políticas urbanas nacionais como instrumentos de orientação fundamentais para elaborar planos de ação. Isso fornece uma oportunidade inigualável de utilizar os sistemas

alimentares e a nutrição como pontos de partida para o desenvolvimento urbano sustentável. As políticas urbanas nacionais raramente tratam explicitamente da segurança alimentar e dos ecossistemas saudáveis, e tendem a enfatizar o desenvolvimento econômico, colocando pouca atenção na mudança climática e no desenvolvimento humano⁴³. Existe uma clara necessidade de criar mecanismos adequados de coordenação entre os diferentes níveis de governo e diferentes instituições que intervêm na formulação da política alimentar urbana para assegurar uma coerência normativa entre as políticas nacionais e as estratégias e planos locais.

A FAO apoiará a integração sistemática dos sistemas alimentares sustentáveis e a nutrição, e das consequentes necessidades dos ecossistemas nas políticas urbanas e territoriais nacionais e em todas as instituições dedicadas ao desenvolvimento urbano (por exemplo, negociações nacionais sobre moradia e infraestrutura). Outra forma de apoio que será oferecida aos governos centrais dentro deste marco se dará, por exemplo, sobre políticas e regulamentações nacionais que abordem a venda na rua de alimentos, a etiquetagem dos alimentos, o uso de solo, as políticas hidrológicas e o comércio internacional de alimentos em conexão com o desenvolvimento urbano.

Isso implicará o desenvolvimento de mecanismos de assistência em matéria de políticas, contando com assessores em matéria de sistemas alimentares urbanos que trabalhem em cooperação com as juntas nacionais de desenvolvimento dedicadas a elaborar as políticas urbanas nacionais, por exemplo. A FAO se oferecerá para colaborar no processo participativo para o desenho de planos de ação, garantindo seu caráter inclusivo em todos os territórios nacionais e na adoção de decisões bem orientadas que apliquem os princípios do presente marco. Com este objetivo, e aproveitando a experiência de programas como FISRT (“Impacto, resiliência, sustentabilidade e transformação para a segurança alimentar e nutricional”), a FAO promoverá a criação de um mecanismo de assistência em matéria de políticas e de serviços de desenvolvimento de capacidades que se baseiem em uma rede de oficiais de políticas e especialistas técnicos contratados como agentes de mudança.

Ainda destacando a importância dos processos participativos em diferentes zonas de um país para garantir que as políticas capturem a diversidade das necessidades existentes nos territórios nacionais, a FAO oferecerá seu apoio para garantir que os planos de ação nacionais se desenvolvam em colaboração com diferentes partes subnacionais e locais interessadas.

AGA 2: Planejamento integrado dos sistemas alimentares e mecanismos inclusivos de governança do setor alimentar para apoiar a urbanização e o desenvolvimento territorial sustentáveis



Vários governos locais do mundo todo estão dando prioridade aos sistemas alimentares nas suas agendas políticas e tratando de voltar a inserir os sistemas alimentares no desenvolvimento urbano e territorial de forma interconectada com a sustentabilidade de outros setores (entre eles o transporte, o uso da água e do solo, a gestão de resíduos e a infraestrutura verde). Os dados objetivos mostram que as principais partes que intervêm na planificação urbana necessitam apoio para entender a complexidade dos sistemas alimentares, bem como no momento de criar capacidades que permitam definir e formular planos e estratégias integrados para os sistemas alimentares urbanos poderem fazer frente a esses desafios⁵⁸. Para fazer frente a essas necessidades, a FAO ajudará os encarregados de adotar decisões que participem na planificação urbana e territorial a formular estratégias para os sistemas alimentares baseadas em dados objetivos, que melhorem as relações de atuação entre autoridades locais e nacionais, sociedade civil, setores privados, instituições acadêmicas e outros agentes pertinentes dos sistemas alimentares. Será dedicada uma atenção especial ao desenvolvimento de capacidades holísticas para uma planificação dos sistemas alimentares (isto é, apoiar avaliações e a concepção e elaboração de planos de ação) que integre os sistemas alimentares nos processos de planificação urbana existentes, contribua para o desenvolvimento das infraestruturas e fomente a inovação agroempresarial e o investimento no setor agroindustrial²³. Será estudada, em particular, a configuração espacial na qual ocorre o desenvolvimento urbano, reconhecendo casos hipotéticos que, à luz do tamanho, da topografia e dos limites geográficos, estejam expostos ao comércio internacional de alimentos de maneira singular (por exemplo, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países sem litoral).

Um elemento essencial para possibilitar o planejamento dos sistemas alimentares é a presença de *mecanismos de governança do setor alimentar* eficazes

que mobilizem agentes representativos da diversidade cultural, geográfica, religiosa e econômica das cidades e territórios em questão e que possam servir, ao mesmo tempo, como fórum de consulta para assessorar os governos locais e, também, como mecanismo capaz de detectar rapidamente dinâmicas e fenômenos que possam ameaçar o sistema alimentar local. Sobre a base de suas relações de confiança com os governos centrais, a FAO está bem colocada para facilitar o diálogo dentro dos mecanismos de governança locais, um diálogo promovido pelo governo local, mas no qual também deveriam participar as instituições nacionais pertinentes.

Segundo uma pesquisa recente realizada com as cidades signatárias do Pacto de Milão de política alimentar urbana, ainda quando as cidades tendem, cada vez mais, a estabelecer mecanismos de governança do setor alimentar de caráter inclusivo e políticas alimentares integrais, há uma falta surpreendente de conhecimento sobre a origem e os fluxos dos alimentos, bem como sobre as relações de poder que configuram os sistemas alimentares urbanos⁵⁸. Para habilitar tais mecanismos de governança, a FAO apoiará o uso de ferramentas de avaliação dos sistemas alimentares, avaliando junto com os parceiros e os governos locais quais ferramentas e enfoques já colocados à prova^{9,14,28} são os que mais convêm utilizar em cada situação hipotética. Em geral, os instrumentos de avaliação deveriam facilitar a determinação dos pontos críticos do sistema alimentar que impeçam avançar em direção à sustentabilidade. Idealmente em relação a um planejamento eficaz da alimentação urbana, as avaliações dos sistemas alimentares (em zonas e territórios urbanos) deveriam: i) gerar resultados de maneira eficiente; ii) produzir dados sólidos que abarquem todos os grupos de população; iii) desenvolver uma análise espacial que seja útil para elaborar modelos e marcos específicos baseados nos lugares (por exemplo, identificação das comunidades com necessidades diferenciadas que morem a curta distância); iv) cartografar as políticas relacionadas aos alimentos; e v) determinar as conexões globais com outros elementos do planejamento urbano ou territorial, incluído o planejamento dos recursos naturais.

Embora o planejamento dos sistemas alimentares será aplicado em contextos diversos, que estão imersos em economias de diversos tamanhos e graus de saúde, os enfoques de desenvolvimento inteligentes serão um objetivo final em todos os casos. Por “*inteligentes*” entende-se que compreendam uma série de investimentos a curto e longo prazo que sejam acessíveis e apresentem uma relação custo-benefício favorável.

Reconhecendo a rápida evolução das tecnologias capazes de tornar mais eficientes os fluxos de alimentos, a FAO ajudará a promover políticas e mecanismos de governança que garantam que os benefícios produzidos por esses avanços cheguem aos mais vulneráveis. As cadeias de abastecimento de alimentos estão se digitalizando com tecnologias como a computação em nuvem, a inteligência artificial e a “Internet dos objetos”, enquanto que as tecnologias de registro distribuído (DLT), os contratos inteligentes e os sistemas de transações já se vislumbram no horizonte. Esses avanços tecnológicos têm o potencial de diminuir a incerteza na entrega de produtos e aumentar a confiança em todo o sistema alimentar, abrindo grandes possibilidades para os pequenos produtores⁶³. Essas possibilidades não se materializarão a menos que se estabeleçam normas justas para a recopilção e o uso da informação, algo pelo qual os grupos de planejamento dos sistemas alimentares deveriam advogar a níveis nacional e internacional. O setor público, junto com o setor privado, pode aproveitar estas tecnologias mediante a gestão de instituições chave (por exemplo, os mercados atacadistas urbanos) e promovê-las para o rastreamento dos produtos alimentícios, os registros das transações de compra, os sensores dos caminhões e os sistemas de posicionamento global (GPS) dos dispositivos móveis⁶⁰, que podem ajudar a superar as desigualdades dentro dos países e das comunidades.

As estratégias dos sistemas alimentares deveriam seguir um roteiro para facilitar uma integração progressiva de todo o contínuo urbano-rural e a resiliência do sistema alimentar para afrontar diversas perturbações (civis, climáticas, etc.), incluída a integração das redes de segurança e as modalidades de preparação diante da crise. A FAO apoiará esses processos mediante a criação de capacidade a nível local e através de projetos de financiamento inicial (apoiados com investimentos e medidas públicas) dirigidos para criar um entorno propício para introduzir modelos operativos inovadores. Deveriam ser contempladas diferentes modalidades de assessoramento (isto é, para além da produção), em função do nível de descentralização e das necessidades percebidas dos diferentes países.

As AGA 1 e 2 constituem a base para colocar em prática as AGA subsequentes. Um mecanismo de governança local eficaz (AGA 2) é o pilar para colocar em prática programas, e é essencial para não deixar de promover o investimento e uma análise periódica dos sistemas alimentares que facilitem a revisão das estratégias se necessário. Também é fundamental para determinar os principais pontos de entrada para os sistemas alimentares e os vínculos que poderiam

ser criados gradualmente com outros sistemas não alimentares a níveis urbano e regional¹⁶.

Quando haja mecanismos de governança maduros, a FAO apoiará sua institucionalização e promoverá enfoques inovadores nas etapas iniciais, como o orçamento participativo, que demonstrou ser eficaz para acometer os serviços urbanos básicos em toda uma série de comunidades e cidades⁵.

AGA 3: Cadeias curtas de abastecimento e medidas inclusivas de aquisição pública de alimentos para explorar o potencial de produção da cidade e da região periférica



Por meio desta AGA, a FAO se propõe a ajudar as cidades a fomentarem a resiliência diante da insegurança alimentar e a má nutrição por um lado, e as perturbações climáticas por outro, promovendo a diversidade na oferta de alimentos. Para alcançar este objetivo, é necessário que haja produção e comercialização de alimentos em escala local, um paisagismo produtivo e diferentes enfoques da biodiversidade para além dos limites da cidade. A adoção de uma perspectiva de região urbana ajuda a elaborar um marco que possa aproveitar as atividades dos sistemas alimentares no panorama alimentar regional e identificar novas vias para alimentar a cidade e seus arredores de maneira adequada e sustentável. Deslocado para a prática, um enfoque de região urbana dá protagonismo para as “cadeias curtas de abastecimento de alimentos”, definidas como modos simplificados de abastecimento de alimentos que voltem a conectar os consumidores e os produtos de alimentos em torno dos valores de sustentabilidade e os objetivos de segurança alimentar e nutricional. As cadeias mais curtas e simplificadas de abastecimento articulam formas inclusivas e transparentes de governança do mercado e servem de ponto de entrada para a criação de territórios funcionais, redistribuem o valor acrescentado, contribuem para aliviar a pobreza rural e conservam as culturas graças ao fomento de práticas alimentares respeitadas para com o meio ambiente que protegem a biodiversidade local (isto é, alimentos tradicionais e autóctones que são chave para diversificar a dieta e anular os efeitos homogeneizantes da industrialização do sistema

alimentar e produtos orgânicos e agroecológicos), facilitam um uso mais eficiente dos recursos e da energia (por exemplo, para a refrigeração) e reduzem as embalagens e as perdas e o desperdício de alimentos^{42,45}.

O fato de que esta AGA se centre na produção local não significa minar as estratégias que promovem a produção baseada na vantagem comparativa, mas sim reconhecer que essa vantagem deve ser avaliada considerando todos os custos e benefícios —incluídos os elementos externos positivos e negativos— a níveis local, nacional e mundial. A vantagem comparativa valorada mediante medições monetárias deverá ser complementada com valorações qualitativas dentro de um marco que contemple múltiplos critérios para incorporar os custos e benefícios sociais e meio ambientais não mensurável em termos monetários. Daqui deveria surgir uma combinação ideal de produção local e comércio intranacional e internacional específica do país ou da cidade. Em efeito, a história demonstra que a existência de pontos principais de produção e mercados distantes entre si foi de grande importância para a segurança alimentar e nutricional em vários lugares, mas também que a distância não é o fator mais decisivo para garantir a sustentabilidade dos sistemas alimentares, os quais frequentemente dependem de outros aspectos como identidade, governança e tamanho⁵¹.

De acordo com esse enfoque, a FAO trabalhará, além disso, para garantir que a agricultura urbana e periurbana não se veja minada por um baixo nível de produtividade ou escassa produção, e isso contribuirá para que se reconheçam os distintos benefícios que oferece. Em particular, a agricultura urbana é uma atividade que cria coesão social, volta a conectar as pessoas e os lugares com a natureza e catalisa a atenção dos encarregados de formular políticas facilitando, assim, a evolução das medidas setoriais para enfoques mais sistêmicos⁷. A agricultura periurbana, por sua vez, oferece importantes oportunidades de desenvolvimento, especialmente em relação ao paisagismo produtivo, as cadeias de valor inclusivas, os enfoques respeitosos com o meio ambiente, como a agroecologia, e a colaboração das comunidades através da agricultura social¹⁹.

De maneira mais geral, alimentar as cidades mediante uma produção local sustentável implica superar a divisão entre o campo e a cidade com a criação de espaços funcionais onde coexistam agentes urbanos e rurais. Os mercados territoriais (produtores diretos e consumidores), os mercados atacadistas (produtores

e intermediários) e os pontos de agrupação de produtos, incluídos os centros de serviços alimentares são meios importantes para a criação de tais espaços. O desenvolvimento desta infraestrutura é chave para aproximar produtores de alimentos e consumidores, melhorar o acesso a alimentos diversos, inócuos e nutritivos, fortalecer a preparação para emergências, reduzir a desigualdade ao melhorar a produtividade e a competitividade (o que faz baixar os preços dos alimentos). A este respeito, a FAO trabalhará para apoiar a melhoria dos sistemas pós-colheita e da gestão dos mercados atacadistas, os mercados de agricultores e de produtos frescos, os centros de serviços alimentares, os estabelecimentos varejistas e os serviços conexos. Apoiará, também, modelos operativos que promovam a inclusão, nos mercados urbanos, dos agricultores e processadores vulneráveis e de pequena escala (PYME), incluídos os vendedores de rua de alimentos, mediante relações de colaboração nas cadeias de valor e mecanismos de investimento público-privado.

As estratégias de aquisição de alimentos de forma inclusiva, sustentável e integrada que servem instituições públicas podem fazer uma contribuição extraordinária na aplicação dos princípios transversais do presente marco. Nelas são incluídos todos os pilares da segurança alimentar (acesso, disponibilidade, utilização, estabilidade), é abordada a nutrição e, diferentemente da maior parte das outras políticas alimentares, que se centram bem na oferta e bem na demanda, a aquisição pública sustentável entranha um enfoque global dos alimentos que abarca todos os agentes e etapas do sistema alimentar (desde a produção até o consumo e a gestão de resíduos). A aquisição pública pode estar centrada, especificamente, nos grupos sociais vulneráveis (por exemplo, pacientes internados em hospitais, idosos em centros assistenciais e crianças nas escolas) que apresentam um alto risco de insegurança alimentar e má nutrição. Por exemplo, os estudos existentes sobre os programas de alimentação escolar indicam uma melhora da capacidade de concentração e das taxas de permanência na escola entre as crianças pobres relacionada ao consumo de comidas nutritivas, bem como a criação de mercados importantes para os produtores de alimentos de qualidade de pequena escala^{13,26,39,56,74,76}. Sobre a base do aprendido dos programas públicos de alimentação que tiveram êxito, é importante destacar que o potencial de desenvolvimento dos modelos baseados em produtos locais (conectados ou não com sistemas de proteção social) só poderá se materializar se esses modelos são compreendidos e abordados como parte de um conjunto holístico e integrado de políticas e medidas educativas. Este marco será com-

plementar à alimentação escolar com produtos locais que a FAO realiza atualmente e às intervenções em matéria educativa conexas, enfatizando especialmente a atuação dos governos locais em diversos contextos (por exemplo, conforme o tamanho da cidade). Além disso, a FAO trabalhará para detectar oportunidades concretas de estender os benefícios da aquisição local de alimentos escolares a outros setores de alimentação em entidades públicas (por exemplo, hospitais, acampamentos de refugiados, prisões e centros assistenciais).

AGA 4: Setor agroalimentar inovador e sustentável para a geração de emprego e desenvolvimento de territórios funcionais e prósperos nas pequenas cidades e comunidades



Espera-se que muitas cidades pequenas e comunidades com uma economia ainda baseada na agricultura experimentarão seu maior crescimento demográfico nas próximas décadas. Esta AGA tem como objetivo conhecer as oportunidades criadas pela dinâmica dos sistemas alimentares nos territórios que incluem pequenas cidades e comunidades. O desafio, nesse caso, é atrair investimentos para criar oportunidades de emprego não agrícolas (inclusive em setores não alimentares coexistentes com a indústria agroalimentar), em zonas predominantemente rurais, em contraposição ao contínuo investimento em operações de agregação de valor nas grandes cidades e metrópoles. A probabilidade de que esses territórios desfrutem de uma dinâmica de crescimento econômico inclusivo e sustentável depende, em grande medida, de como as estruturas, instituições e governos interajam em grupo para facilitar as conexões com mercados rentáveis, o acesso à terra, uma estrutura produtiva e a coordenação dos investimentos públicos³.

As pequenas cidades e comunidades albergam, hoje em dia, 34% da população mundial²⁴ e, sobretudo nos países de baixa renda, contribuem de maneira importante com a transformação econômica inclusive devido, em grande parte, às atividades derivadas da agricultura e os sistemas alimentares. Diante do aumento da mecanização da agricultura e da crescente população jovem que acessa ao mercado de trabalho (grande parte dela com escasso interesse

no trabalho agrícola primário), a criação de postos de trabalho e a diversificação mediante atividades não agrícolas nessas zonas são essenciais para reduzir a migração não forçada. As alianças de governos locais podem desempenhar um papel fundamental para determinar e coordenar investimentos que contribuam para o desenvolvimento territorial integrado. Em efeito, os agrupamentos bem planejados de pequenos centros urbanos assumiram o papel de “nós” de mercado e criam o contexto para a diversificação de rendas⁵⁹. O fomento de mecanismos de governança dos sistemas alimentares que facilitam as alianças de agrupamentos de pequenas cidades e comunidades demonstraram ser benéficos para o planejamento territorial⁴⁵. A FAO apoiará as referidas alianças facilitando o diálogo e fortalecendo a capacidade das partes interessadas dos sistemas alimentares para realizar análises baseadas em dados objetivos e determinar estratégias de modernização das cadeias de valor que apoiem o emprego juvenil na agricultura e atividades relacionadas ao sistema alimentar nas comunidades onde vivem.

A FAO também apoiará o desenvolvimento de territórios funcionais e prósperos que se baseiem em alianças dos governos locais para promover uma produção de alimentos diversificada que contribua para o desenvolvimento de grupos agrícolas e outros modernos de atividade agroempresarial em conjunto com outros setores (como o turismo). A criação de empresas inovadoras pode ser realizada através de iniciativas agroempresariais apoiadas pela comunidade, sistemas de economia solidária, indicações geográficas e sistemas de garantia participativos, entre outras modalidades. A FAO apoiará o agrupamento de valor qualitativo ligado à origem geográfica que pode proporcionar oportunidades para o desenvolvimento territorial e o turismo rural. O trabalho contínuo dos governos locais de zonas contíguas também constitui um marco para criar corredores econômicos e sustentáveis que proporcionem o acesso a mercados distantes. No entanto, os planos diretores dos corredores têm um caráter complexo dados seus possíveis conflitos com a gestão de bacias hidrográficas e os interesses dos setores da energia renovável, da mineração e do turismo, para mencionar alguns³¹.

Quanto a isso, são necessárias a coordenação política e a participação. A FAO compromete-se a promover a consciência sobre a importância dos processos participativos que tornam possível que todos os grupos estejam representados nos processos de planejamento e que facilitam a reflexão sobre os sistemas. Segundo seu compromisso com um enfoque territorial, facilitará o desenvolvimento das capacida-

des ambientais, culturais e materiais e as aptidões empresariais necessárias para encurtar a distância social, cultural e econômica entre os agentes do sistema alimentar (incluindo os povos indígenas) e melhorar o acesso e a disponibilidade de alimentos sustentáveis, incluindo os produtos ecológicos e agroecológicos. Para cumprir este objetivo, a FAO apoiará também o desenvolvimento de corredores “agroecológicos” que conectem comunidades, distritos e cidades que considerem essenciais a agroecologia para o crescimento sustentável e os agentes territoriais interessados em estimular o investimento para alcançar empresas agroalimentares eficientes por meio de associações público-privadas.

AGA 5: Maior acesso a alimentos e espaços verdes para cidades saudáveis



Para garantir a saúde e o bem-estar dos habitantes das cidades são necessários modelos urbanísticos que permitam acessar os alimentos nutritivos e ofereçam aos consumidores a possibilidade de adotar comportamentos alimentares saudáveis, além de proporcionar acesso a espaços verdes adequados para o uso recreativo que facilitem um estilo de vida ativo e melhorem a qualidade do ar nas cidades. O entorno alimentar varejista (isto é, tudo aquilo que rodeia fisicamente as pessoas quanto a estabelecimentos de venda e consumo de alimentos e seus preços relativos) e os meios de publicidade e comercialização dos alimentos (incluindo as redes sociais e os anúncios publicitários) desempenham um papel importante na conformação dos hábitos alimentares da população. Isso ocorre, principalmente, nas grandes cidades, onde o gasto em alimentos consumidos fora de casa é consideravelmente maior⁵² e pode ter um efeito negativo no caráter saudável da dieta. Outro aspecto que causa grande preocupação em muitas zonas urbanas é o da inocuidade (química e biológica) dos alimentos, em particular nos países de baixa renda, onde as perturbações climáticas estão incrementando a vulnerabilidade a esse respeito. As cidades estão sendo chamadas para exercer sua influência no mercado para abordar melhor o uso de aditivos ou compostos químicos que entram nos alimentos antes de seu consumo de forma intencional

(geralmente substâncias reconhecidas como inócuas) ou não intencional (por exemplo, antibióticos, ftalatos em embalagens, etc.)⁵⁴, em razão das novas provas sobre os efeitos negativos da exposição aos mesmos nas primeiras etapas da vida (incluindo o aumento de peso ou atraso do crescimento¹¹).

O acesso a parques e zonas verdes proporciona oportunidades para a atividade física aos residentes urbanos, reduzindo, assim, o risco de doenças não transmissíveis e melhorando a saúde tanto mental² como física (por exemplo, menor índice de massa corporal em crianças). No entanto, a população mundial não está em vias de alcançar as metas desejadas de atividade; em 2016, a nível mundial, 27,5% dos adultos não realizava suficiente atividade física (homens: 23,4%; mulheres: 31,7%)³³. Embora sejam bem compreendidas as sinergias que existem entre a função dos estabelecimentos de comida saudável, o entorno alimentar geral e o acesso a espaços verdes e florestas urbanas para a manutenção de um estilo de vida saudável, isso não se reflete apropriadamente nos planos e políticas urbanos nem nas regulamentações locais. O recente êxito na redução da obesidade infantil nas várias cidades utilizando uma metodologia de avaliação e controle sistemáticos é promissor⁷⁷. A referida metodologia e outras ferramentas de avaliação sistêmica confirmam que a melhor estratégia para abordar a má nutrição nas cidades é por meio de ações simultâneas em múltiplos marcos e níveis. A presente AGA promoverá processos desse tipo.

A FAO apoiará um planejamento eficaz dos usos do solo, regulamentações de zoneamento e marcos jurídicos e institucionais inclusivos que apoiem o desenho e o desenvolvimento de cidades saudáveis ao melhorar o acesso a alimentos nutritivos e acessíveis, os espaços verdes e os produtos arbóreos e serviços que regulem a mudança dos usos do solo de maneira eficaz. Através desta AGA, a FAO promoverá a integração da biodiversidade nos planos de desenvolvimento, ao mesmo tempo que contribuirá para garantir o bem-estar de todos. As dietas diversificadas e os espaços verdes biodiversos são os pilares para fomentar sistemas alimentares sustentáveis, e as cidades podem influenciar positivamente neles se os governos locais os abordam de maneira holística.

A assistência para os governos locais incluirá abordar a crescente gentrificação urbana para garantir que os mutáveis entornos urbanos fomentem dietas saudáveis e evitem a marginalização dos grupos de baixa renda. Nos processos de planejamento também se reconhecerá o valor dos espaços verdes informais

para revitalizar lugares onde a população mais vulnerável vive⁴⁹. A FAO, através desta AGA, objetivará estabelecer uma associação a nível mundial com o setor privado, entidades acadêmicas e centros de investigação com o fim de avaliar a distribuição espacial da infraestrutura e dos espaços verdes e de diferentes estabelecimentos de alimentação (dos setores formal e informal) e medir sua acessibilidade. Para isso, seria necessário efetuar análises espaciais e temporais em profundidade para criar um guia sobre o entorno alimentar saudável e proteger e assegurar os espaços verdes mediante a modernização dos bairros marginais, a melhora dos serviços ecossistêmicos, a gestão sustentável dos recursos e um plano de ação para frear a degradação ambiental (por exemplo, estabilização do solo e controle das inundações).

A FAO também dará assistência aos governos mediante intervenções destinadas a melhorar a qualidade e a eficiência do setor alimentar urbano informal (incluindo a regulação do uso do espaço público e em relação à inocuidade dos alimentos), reconhecendo as importantes conquistas em matéria de segurança alimentar, nutrição, cultura e economia que oferece esse setor. De fato, em muitos países, uma importante proporção dos alimentos frescos que os pobres urbanos consomem são vendidos em barracas de rua. A FAO promoverá a realização de diagnósticos para conhecer os pontos críticos e compreender se os obstáculos do setor alimentar informal são atribuíveis a provedores, reguladores ou ambos. Será fomentado um enfoque participativo integrado do setor alimentar informal reconhecendo a interconexão entre as dimensões espacial e socioeconômica dos fluxos alimentares nas zonas urbanas para, assim, responder melhor às necessidades das partes interessadas que intervêm nas atividades informais e, ao mesmo tempo, evitar a exclusão e as menores oportunidades de emprego dos habitantes urbanos pobres.

AGA 6: Cadeias de abastecimento otimizadas e bioeconomia circular para reduzir as perdas e o desperdício de alimentos nos núcleos urbanos



Manter a qualidade dos alimentos, especialmente daqueles muito perecíveis (por exemplo, frutas frescas, hortaliças e produtos pesqueiros) na cadeia de

provisão que vai do campo à cidade e nos pontos de venda (mercados atacadistas e varejistas) apresenta um grande desafio. Nos países de baixa e média renda, onde as cadeias “tradicionais” de abastecimento de alimentos seguem sendo o principal meio de abastecimento de alimentos para os mercados massivos, as práticas de colheita inapropriadas, unidas aos sistemas pós-colheita inadequados (sistemas logísticos frágeis e falta de acesso à tecnologia e a instalações de refrigeração) redundam em uma má qualidade dos alimentos e nos altos níveis de perdas depois da colheita. Ao mesmo tempo, à medida em que aumentam as rendas, aumenta também o desperdício de alimentos devido às mudanças no comportamento dos consumidores e à expansão da oferta alimentar. Isso significa que muitos países que alcançam maior nível de renda se enfrentam tanto com o desperdício de alimentos como com as perdas depois da colheita devido à falta de capacidade para investir na infraestrutura e em recursos humanos especializados com os quais garantem cadeias de abastecimento de qualidade, bem como a capacidade limitada para frear as más práticas de manipulação no setor da hotelaria e de restaurantes, nos estabelecimentos varejistas e nos lares.

A eliminação dos resíduos de alimento (frequentemente em lixões) dá lugar para a emissão de metano, o que contribui enormemente com as emissões de gases de efeito estufa. A falta de coordenação dos recursos financeiros e humanos, e da capacidade para eliminar e, quando possível, reutilizar e reciclar os restos de alimentos e os materiais de embalagem está contribuindo com níveis alarmantes de contaminação da água doce, o que apresenta grandes preocupações em matéria de higiene.

A presente AGA foi concebida em resposta à crescente demanda de que a FAO contribua para uma bioeconomia sustentável e circular que integre, na economia, os fluxos de resíduos procedentes da agricultura, da atividade florestal, da pesca e da indústria de alimentos e alimentação de gado por meio de processos bioeconômicos. Nela, presta-se grande atenção para trabalhar com as partes interessadas da cadeia de abastecimento para aplicar intervenções inovadoras que elevem a eficiência e melhorem a inocuidade e a qualidade de modo que seja aumentado, ao máximo, o uso dos alimentos e se garanta a reutilização e a reciclagem dos resíduos alimentares não evitáveis, como as partes não comestíveis dos alimentos. Isso também implica uma tendência ao aproveitamento dos subprodutos da elaboração de alimentos e prestar apoio para melhorar a gestão sustentável da embalagem. A FAO trabalhará para integrar as estratégias de redução e gestão dos

resíduos alimentares nos planos, políticas e medidas de desenvolvimento urbano locais e incorporá-las, de forma sistemática, nas estratégias nacionais de bioeconomia sustentável e circular, e no planejamento relacionado à mudança climática. Além disso, apoiará o desenvolvimento da capacidade das partes interessadas e intervenções normativas apropriadas baseadas em dados objetivos para garantir que se mantenha a qualidade dos alimentos ao longo da cadeia de abastecimento. Para isso, são necessárias boas práticas de manipulação depois da colheita, e que nos centros urbanos se disponha de infraestrutura (por exemplo, instalações de refrigeração) com as quais se possa manter a qualidade e a inocuidade dos alimentos, e prolongar a vida útil dos produtos alimentícios perecíveis nos mercados. Será prestado apoio para fazer o acompanhamento das emissões de gases de efeito estufa, incluídas as relacionadas à “última seção” da cadeia de provisão e aos alimentos descartados que acabam nos lixões. Reconhecendo que os governos subnacionais estão, em muitos casos, assumindo a responsabilidade quanto aos serviços de assessoramento, a FAO trabalhará no desenvolvimento de ferramentas que apoiem a criação de capacidade para grupos de serviço deste tipo, enfatizando nos aspectos posteriores para a exploração agrícola. Embora a prevenção das perdas e do desperdício continue sendo prioritária, os alimentos que não estejam aptos para o consumo humano serão considerados um ponto de partida para a criação de empresas através da compostagem, da fabricação de alimentos para o gado ou da reorientação para a produção de energia.

A FAO estimulará a investigação dirigida a compreender melhor as questões relativas aos restos de alimentos e de embalagens alimentares, entre outras coisas, explorando os vínculos com os meios de transporte empregados, o tamanho dos lares, a diversidade de gostos, etc.⁵². Em colaboração com parceiros internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e as partes interessadas locais, a FAO ajudará os governos locais a fomentarem a cooperação para fazer frente ao desperdício de alimentos desde diversos ângulos, prestando atenção especial na educação de todos os agentes que intervêm nos sistemas alimentares com a ideia de promover uma mudança de comportamento. Será feito um esforço para desenvolver e facilitar os vínculos com as entidades do setor privado a fim de apoiar as iniciativas de sensibilização e educação. Também será oferecida orientação aos governos locais para ajudá-los a recuperar e distribuir, eficazmente, os excedentes de alimentos dos mercados e dos serviços de hospedagem urbanos, zelando para

que os referidos alimentos cumpram a normativa sobre inocuidade, contribuam com uma dieta saudável e sirvam para a criação de redes de proteção social. A FAO também advogará pela revisão das normas de qualidade tanto voluntárias quanto obrigatórias para explorar as oportunidades de comercialização de produtos alimentícios que sejam inócuos para o consumo, mas que, dadas as falhas de aspecto, atualmente ficam excluídos do comércio regulamentado.

AGA 7: Iniciativas de divulgação sobre a base de dados objetivos para melhorar a governança do setor alimentar urbano em escala mundial e impulsionar o investimento



Reconhecendo que há recursos disponíveis limitados para prestar assistência em todas as situações, esta AGA serve como catalizador em escala mundial para facilitar o intercâmbio das boas práticas e os êxitos, além de sua ampliação e expansão. A esse respeito, a FAO servirá como agente de intercâmbio de conhecimentos sobre os sistemas alimentares e das questões conexas para os países e seus governos subnacionais, em associação com agentes mundiais pertinentes (em particular, organismos das Nações Unidas) e redes de cidades. Será dada atenção especial aos governos locais dos países de baixa e média renda que estiveram, em grande medida, ausentes na cooperação municipal internacional e, com frequência, não têm poder para atuar nos sistemas alimentares.

Conjuntamente com parceiros internacionais, a FAO utilizará diversos fóruns e mecanismos para fortalecer as capacidades técnicas e de adoção de decisões (por exemplo, através de eventos de capacitação, mesas redondas de alto nível e atos em fóruns mundiais) que possam influenciar na aplicação de políticas e práticas inovadoras. Serão utilizados recursos on-line (por exemplo, os cursos on-line abertos e massivos) para chegar a agentes chave da mudança, ONGs, instituições de investigação e profissionais. Além disso, os governos serão apoiados ao promover a colaboração entre cidades e ao

impulsar a “Plataforma de Ações em Alimentação Urbana” on-line, enfatizando a cooperação Sul-Sul e triangular que possa ter efeitos multiplicadores sobre as economias locais, as sociedades e o meio ambiente²². A FAO promoverá a criação de fontes de dados de livre acesso a níveis local, nacional e mundial, e antecipa que um enfoque baseado nas comunidades motivará ainda mais os governos locais a adaptarem as boas práticas e a buscarem a inovação baseada nos locais.

Em geral, a presente AGA preparará o terreno para uma agenda mundial da governança local do setor alimentar que conecte diversas agendas mundiais, incluídas as relacionadas às cidades sustentáveis, o meio ambiente e a prevenção do aquecimento global. Além de apoiar os intercâmbios de ordem técnica e política nos fóruns regionais e mundiais pertinentes, a FAO convocará debates internacionais, facilitando o diálogo entre os governos nacionais e subnacionais para liderar iniciativas baseadas nos princípios reitores deste marco. Poderia se tratar de iniciativas destinadas a promover normas ou códigos de conduta que melhorem a sustentabilidade dos sistemas, marcos e políticas alimentares a fim de melhorarem o abastecimento de alimentos para as cidades em que se leve em conta a nutrição, e de campanhas de sensibilização sobre a importância do planejamento dos sistemas alimentares para o desenvolvimento urbano sustentável. A FAO advogará pelo uso de instrumentos e protocolos que contribuam para uma governança do setor alimentar em escala mundial que seja mais sustentável. Isso incluirá o desenvolvimento de produtos de conhecimento que mostrem as melhores práticas de governança do setor alimentar em escala local.

A FAO, através de seus escritórios de ligação e escritórios descentralizados, estabelecerá um diálogo com organismos de cooperação internacional, fundações, entidades financeiras multilaterais que gerenciem fundos para o desenvolvimento sustentável, organismos financeiros das Nações Unidas e doadores tradicionais e não tradicionais para advogar por uma nova agenda de investimentos em sistemas alimentares que abra oportunidades para criar planos de desenvolvimento urbano e territorial mais amplos. Esta medida, de acordo com os princípios do presente marco, será essencial para explorar as possibilidades de trabalhar com os governos subnacionais para avançar a caminho da realização dos objetivos da Agenda 2030.

Referências

1. **Artioli, F., Acuto, M. & McArthur, J.** 2017. The Water- Energy-Food Nexus: An Integration Agenda and Implications for Urban Governance. *Political Geography*, 61:215223.
2. **Barton, J. & Rogerson, M.** 2017. The importance of greenspace for mental health. *BJPsych international*, 14 (4), 79-81.
3. **Berdegú, J., Bebbington, A., Escobal, J., Favareto, A., Fernández, I. & Ospina, P.** 2012. *Territorios en movimiento. Dinámicas territoriales rurales en América Latina. Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural*, Working Paper No. 110. Rural Territorial Dynamics Program. Santiago, Chile. RIMISP.
4. **C 40.** 2018. *Consumption-based GHG emissions of C40 Cities*. 18 pp. (Também disponível em: https://www.c40.org/press_releases/).
5. **Cabannes, Y.** 2015. The impact of participatory budgeting on basic services: municipal practices and evidence from the field. *Environment and Urbanization*, 27 (1), 257-284.
6. **Cabannes, Y., Marocchino, C. & Fonseca, J.M.** 2017. City region food systems as human-centered planning. *ISOCARP*, 11: 74-84.
7. **Cabannes, Y. & Marocchino, C.** 2018. *Introduction. In: Integrating Food into Urban Planning* (ed. Cabannes, Marocchino). Open access: 978-1-78735-376-3 UCL PRESS/ FAO. 377 pp.
8. **Chen, C., Xu, Y. & Yan, Y.** 2018. Estimated global overweight and obesity burden in pregnant women based on panel data model. *PLoS ONE*, 13(8): e0202183.
9. **Cistulli, V., Prota, L. & Cucco, I.** 2018. *Social network analysis for territorial assessment and mapping of food security and nutrition systems: a methodological approach*. Rome, FAO. 47 pp.
10. **Clapp, J.** 2015. *Food security and international trade: Unpacking disputed narratives. Background paper for The of Agricultural Commodity Markets 2015-16*. Rome, FAO.
11. **Cox, L.M. & Blaser, M.J.** 2015. Antibiotics in early life and obesity. *National Review of Endocrinology*, 11(3): 182-190.
12. **Crush, J.S. & Frayne, G. B.** 2011. Supermarket Expansion and the Informal Food Economy in Southern African Cities: Implications for Urban Food Security. *Journal of Southern African Studies*, 37 (4): 781-807.
13. **de Schutter, O.** 2014. The Power of Procurement: Public Purchasing in the Service of Realizing the Right to Food. Rome: UN Special Rapporteur on the Right to Food, Briefing Note No. 08.
14. **Dubbeling, M. & Santini, G.** 2018. City region food system assessment and planning. *Urban Agriculture*, 34:6-9.
15. **FAO.** 2011. *Global food losses and food waste – Extent, causes and prevention*. Rome. (Também disponível em <http://www.fao.org/docrep/014/mb060e/mb060e02.pdf>).
16. **FAO.** 2012. *A Guide to the Formulation of the Country Programming Framework (CRF)*. Rome. (Também disponível em <http://www.fao.org/3/a-an661e.pdf>).
17. **FAO.** 2012. *A Guide to the Project Cycle: Quality for Results*. Rome. (Também disponível em: <http://www.fao.org/docrep/016/ap105e/ap105e.pdf>).
18. **FAO.** 2012. *Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security*. Rome. (Também disponível em: <http://www.fao.org/cfs/home/activities/vgg/en/>).
19. **FAO.** 2015. The implications of social farming for rural poverty reduction. Technical workshop final report, Rome.
20. **FAO.** 2017a. *The Future of Food and Agriculture: Trends and Challenges. Summary Version*. Rome. (Também disponível em <http://www.fao.org/3/a-i6583e.pdf>).
21. **FAO.** 2017b. *Food, Agriculture and Cities: Challenges of Food and Nutrition Security, Agriculture and Ecosystem Management in an Urbanizing World*. FAO Food for the Cities Multidisciplinary Initiative Position Paper. Rome. (Também disponível em <http://www.fao.org/3/a-au725e.pdf>).
22. **FAO.** 2017c. *City to City Initiative: Empowering Local Governments in Sub-Saharan Africa to Make Cities and Their Interconnected Regions More Food Secure*. Rome.
23. **FAO.** 2017d. *Territorial Tools for Agro-industry Development: A Sourcebook*. Rome. (Também disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6862e.pdf>).
24. **FAO.** 2017e. *The State of Food and Agriculture. Leveraging Food Systems for Inclusive Rural Transformation*. Rome. (Também disponível em <http://www.fao.org/3/a-i7658e.pdf>).
25. **FAO.** 2018. *Sustainable food systems: Concept and framework*. Rome. (Também disponível em <http://www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf>).
26. **FAO & INRA.** 2016. *Innovative Markets for Sustainable Agriculture: How Innovations in Market Institutions Encourage Sustainable Agriculture in Developing*

Countries. Edited by Loconto, A., Poisot, A. S. and Santacoloma, P. Rome, FAO. (Também disponível em <http://www.fao.org/3/a-i5907e.pdf>).

27. **FAO & RUAF.** 2015. *A Vision for City Region Food Systems. Building Sustainable and Resilient City Regions.* FAO and RAUF Foundation.
28. **Fonseca, J.M., Marocchino, C., Batt, P., Wanjiru, R. & Neven, D.** 2018. The NADHALI approach for assessing and planning city-driven food systems: when rapidity meets complex realities. *Urban Agriculture*, 34: 10-13.
29. **Galli, F., Failli, E., D'Amico, S. & Brunori, G.** 2018. *A transition towards sustainable food system in Europe. Food policy blue print scoping study.* Laboratorio di Studi Rurali Sismondi, Pisa, Italy.
30. **GNR (Global Nutrition Report).** 2018. (Também disponível em <https://globalnutritionreport.org/reports/global-nutrition-report-2018/>).
31. **Gálvez-Nogales, E.** 2014. Making economic corridors work for the agricultural sector. *Agribusiness and food industries Series No. 4.* Rome, FAO.
32. **Graziano da Silva, J. & Fan, S.** 2017. Strengthening rural-urban linkages to end hunger and malnutrition. Chapter 2: 14-22. *Global Food Policy Report.* IFPRI.
33. **Guthold, R., Stevens, G.A., Riley, L.M. & Bull, F.C.** 2018. Worldwide trends in insufficient physical activity from 2001 to 2016: a pooled analysis of 358 population-based surveys with 1.9 million participants. *The Lancet*, 6 (10): PE1077- PE1086.
34. **HLPE.** 2017. *Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security.* Rome, FAO.
35. **Imathiu, S.** 2017. Street vended foods: potential for improving food and nutrition security or a risk factor for foodborne diseases in developing countries. *Current Research Nutrition and Food Sciences*, 5 (2) (Também disponível em <http://dx.doi.org/10.12944/CRNFSJ.5.2.02>).
36. **International Energy Agency.** 2016. *Energy Technology Perspectives 2016: Towards sustainable urban energy systems.* Paris. (Também disponível em: <https://webstore.iea.org/download/summary/292?fileName=English-ETP-2016-ES.pdf>).
37. **International Panel of Experts on Sustainable Food Systems (IPES-FOOD).** 2017. *What Makes Urban Food Policy Happen? Insights from Five Case Studies.* International Panel of Experts on Sustainable Food Systems. (also available at http://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Cities_execsummary.pdf).
38. **Jennings, S., Cottee, J., Curtis, T. & Miller, S.** 2015. *Food in an Urbanized World. The Role of City Food Systems in Resilience and Sustainable Development.* HRH The Prince of Wales International Sustainability Unit (ISU). London.
39. **Mercado, G., Hjortso, C. N. & Kledal, P. R.** 2016. Public Procurement for School Breakfasts in the Bolivian Altiplan: Governance Structures Enabling Smallholder Inclusion. *Journal of Rural Studies*, 44:63-76.
40. **Monteiro, C.A., Moubarac, J.C., Cannon, G., Ng, S.W. & Popkin, B.** 2013. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. *Obesity Review*, 14:21- 28.
41. **Morgan, K. & Sonnino, R.** 2013. *The School Food Revolution: Public Food and the Challenge of Sustainable Development.* London, Earthscan.
42. **Mundler, P. & Rumpus, L.** 2012. The Energy Efficiency of Local Food Systems: A Comparison between Different Modes of Distribution. *Food Policy*, (37): 609-615.
43. **OECD.** 2017. *National Urban Policy in OECD Countries.* OECD Publishing, Paris. (Também disponível em https://www.oecd-ilibrary.org/governance/the-state-of-national-urban-policy-in-oecd-countries_9789264271906-en).
44. **PBL.** 2017. *Food for the Circular Economy.* PBL Netherlands Environmental Assessment Agency, The Hague. (Também disponível em: <https://www.pbl.nl/en/publications/food-for-a-circular-economy>).
45. **Proctor, F. J. & Berdegué, J.A.** 2016. Food Systems at the Urban-Rural Interface. Document No. 194, Working Paper Series, Territorial Cohesion for Development Working Group. *Rimisp*, Santiago.
46. **Reardon, T.** 2016. *Growing Food for Growing Cities: Transforming Food Systems in an Urbanizing World.* Chicago: The Chicago Council on Global Affairs. (Também disponível em: <https://www.thechicagocouncil.org/publication/growing-food-growing-cities-transforming-food-systems-urbanizing-world>).
47. **Revi, A., Satterthwaite, D.E., Aragón-Durand, F., Corfee-Morlot, J., Kiunsi, R.B.R., Pelling, M., Roberts, D.C. & Solecki, W.** 2014. *Urban areas. In: Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Field, C.B., V.R. Barros, D.J. Dokken, K.J. Mach, M.D. Mastrandrea, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea, and L.L.White (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 535-612.*
48. **Roever, S.** 2014. *Informal economy monitoring study sector report: Street Vendors.* Cambridge, MA, USA: WIEGO.
49. **Rupprecht, C.D.D. & Byrne, J.A.** 2018. *Informal urban green space as anti-gentrification strategy?* In: Just Green Enough: Urban development and environmental gentrification (Curran, W. and Hamilton, ed.) Routledge.

- 50. SFCN.** no date. **Enhancing the Impact of Sustainable Urban Food Strategies.** (Também disponível em: <http://sustainablefoodcities.org/index.html>).
- 51. Schmitt, E., Galli, F., Menozzi, D., Maye, D., Touzard, J., Marescotti, Six, J. & Brunori, G.** 2017. Comparing the sustainability of local and global food products in Europe. *Journal of Cleaner Production*, 165, 345-359.
- 52. Seto, C.K. & Ramakutty, N.** 2016. Hidden linkages between urbanization and food systems. *Science*, 352 (6288), 943-945.
- 53. Silpa, K., Yao, L., Bhada-Tata, P. & Van Woerden, F.** 2018. What a waste 2.0: A global snapshot of solid waste management to 2050. *Urban Development Series*. Washington, DC: World Bank. Doi:101596/978-2-4648-1329-0. Licence creative commons attribution CC BY 3.0 IGO.
- 54. Simmons, A.L., Schlezinger, J.J. & Corkey, B.E.** 2014. What are we putting in our food that is making us fat? Food additives, contaminants, and other putative contributors to obesity. *Current Obesity Reports*, 3(2), 273-85.
- 55. Sonnino, R. & Griggs-Trevarthen, C.** 2013. A Resilient Social Economy? Insights from the Community Food Sector in the UK. *Entrepreneurship & Regional Development*, 25(3-4): 272-292.
- 56. Sonnino, R., Lozano Torres, C. & Schneider, S.** 2014. Reflexive Governance for Food Security: The Example of School Feeding in Brazil. *Journal of Rural Studies*, 36: 1-12.
- 57. Sonnino, R.** 2016. The New Geography of Food Security: Exploring the Potential of Urban Food Strategies. *The Geographical Journal*, 182 (2): 190-200.
- 58. Sonnino, R., Tegoni, C.L.S. & De Cunto, A.** 2018. The challenge of systemic food change: Insights from cities. *Cities*, In Press.
- 59. Tacoli, C. & Agergaard, J.** 2017. *Urbanisation, rural transformation and food systems: the role of small towns*. IIED, London.
- 60. Tefft, J., Jonasova, M., Adjao, R. & Morgan, A.** 2017. *Food Systems for an Urbanizing World: Knowledge Report*. November 2017. World Bank and FAO.
- 61. Thebo, A.L., Drechsel, P. & Lambin, E.F.** 2014. Global assessment of urban and peri-urban agriculture: irrigated and rainfed croplands. *Environmental Research Letters*, 9(11): 19.
- 62. Toly, J.N.** 2008. Transnational municipal networks in climate politics: from global governance to global politics. *Globalization*, 5 (3): 341-356.
- 63. Tripoli, M. & Schmidhuber, J.** 2018. Emerging opportunities for the application of blockchain in the agri-food industry. *FAO and ICTSD*: Rome and Geneva. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.
- 64. UN.** no date. *The Human Rights Based Approach to Development Cooperation: Towards a Common Understanding among UN Agencies.* (Também disponível em: <http://hrbaportal.org/the-human-rights-based-approach-to-development-cooperation-towards-a-common-understanding-among-un-agencies>).
- 65. UN.** no date. *Sustainable Development Goal 11.* Progress of Goal 11 in 2017. Available at: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdg11>.
- 66. UN DESA/Population Division.** 2018. World Urbanization Prospect: the 2018 revision. (Também disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-KeyFacts.pdf>).
- 67. UN General Assembly.** 2012. The Future We Want. Resolution adopted by the General Assembly on 27 July 2012. Sixty-sixth Session. Agenda Item 19. (also available at: http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_66_288.pdf).
- 68. UN-Habitat.** 2014. The evolution of national urban policies: A global overview. Cities Alliances/UN-Habitat. 86 p. (Também disponível em: <https://new.unhabitat.org/international-guidelines-on-urban-and-territorial-planning>).
- 69. UN-Habitat.** 2015. International Guidelines on Urban and Territorial Planning. United Nations Human Settlements Programme, 2015. (Também disponível em: <https://new.unhabitat.org/international-guidelines-on-urban-and-territorial-planning>).
- 70. UN-Habitat.** 2016. New Urban Agenda. (Também disponível em: <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda>).
- 71. UN-Habitat.** 2016. Slum almanac 2015 2016. Nairobi, UNON.
- 72. United Nations Environment Programme (UNEP).** 2016. *2016 Annual Report: Empowering People to Protect the Planet*. UNEP.
- 73. UNHCR.** 2018. *The UN Refugee Agency. Global Trends. Forced displacement in 2018*. Geneva, Switzerland.
- 74. Wittman, H. and Blesh, J.** 2015. Food Sovereignty and Fome Zero: Connecting Public Procurement Programmes to Sustainable Rural Development in Brazil. *Journal of Agrarian Change*, 17 (1): 81-105.
- 75. World Bank.** 2017. *Future of Food: Shaping the Food System to Deliver Jobs*. International Bank for Reconstruction and Development / World Bank Group.
- 76. World Food Programme.** 2017. *Home-Grown School Feeding: A Framework to Link School Feeding with Local Agricultural Production*. Rome, World Food Programme.
- 77. Young-Hyman, D., Morris, K., Kettel Khan, L., Dawkins-Lyn, N., Dooyema, C., Harris, C., Jernigan, J., Ottley, P. & Kauh, T.** 2018. The childhood obesity declines project: implications for research and evaluation approaches. *Child Obesity*, 14(S1):S40:S44.

Notas finais

- i** “Há segurança alimentar quando todas as pessoas têm, em todo momento, acesso físico e econômico a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentícias e suas preferências quanto aos alimentos a fim de levar uma vida ativa e sã.” (Cúpula Mundial sobre a Alimentação, 1996).
- ii** <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/cities/>
- iii** Documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Hábitat III), aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2017 <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>
- iv** O tempo de viagem máximo para o centro do assentamento no veículo a motor, a pé o ou em animal a través de rodovias, trens, meios marítimos, caminhos ou cruzando terrenos sem caminhos.
- v** <http://www.fao.org/cfs/cfs-home/activities/vggt/es/>
- vi** <https://unhabitat.org/books/directrices-internacionales-sobre-planificacion-urbana-y-territorial/>
- vii** A FAO dirigiu a elaboração de um marco de indicadores para fazer o acompanhamento da aplicação do Pacto de Milão de política alimentar urbana: <http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/monitoring-framework/>
- viii** Vide, por exemplo: *Enhancing the Impact of Sustainable Urban Food Strategies*. (Também disponível em: <http://sustainablefoodcities.org/index.html>)
- ix** Por nível de governança regional entende-se, aqui, todo nível de governança compreendido entre o nacional e o local (por exemplo, o provincial).
- x** Um enfoque baseado nos direitos é um marco conceitual para o desenvolvimento que, desde o ponto de vista normativo, está baseado nas normas internacionais de direitos humanos e, desde o ponto de vista operacional, está orientado para a promoção e a proteção dos direitos humanos. Seu propósito é revelar as desigualdades que se encontram no centro dos problemas de desenvolvimento e corrigir as práticas discriminatórias e a injusta divisão de poder que obstaculizam o progresso em matéria de desenvolvimento humano. Neste enfoque, são sustentados o desenho, a execução, o acompanhamento e avaliação de todos os programas e projetos da FAO a fim de garantir que a cooperação para o desenvolvimento contribua para que os titulares das obrigações possam cumpri-las e os titulares dos direitos possam exigi-las em conformidade com o entendimento comum de 2003 sobre o enfoque da cooperação para o desenvolvimento baseado nos direitos humanos. Vide os princípios de programação por países da FAO (http://intranet.fao.org/ecp_toolkit/modules/ecp/the_un_system/un_programming_principles/), o Guia sobre o ciclo de projetos da FAO <http://www.fao.org/3/ap105e/ap105e.pdf>) e o entendimento comum dos organismos das Nações Unidas (<http://hrbportal.org/the-human-rights-based-approach-to-development-cooperation-towards-a-common-understanding-among-un-agencies>).
- xi** Pode-se encontrar uma análise quantitativa das vantagens comparativas nas cadeias de valor em: Bellù (2013). *Value Chain Analysis for Policy Making – Methodological Guidelines and country cases for a Quantitative Approach* http://www.fao.org/docs/up/easypol/935/value_chain_analysis_fao_vca_software_tool_methodological_guidelines_129en.pdf

Anexo I: matriz de interrelações entre as esferas principais do programa de ação sobre alimentação urbana da fao e as prioridades institucionais da organização

Esferas de atuação institucionais da FAO	Compartilhar o saber em matéria de políticas.		Reforçar a colaboração entre múltiplas partes interessadas para abordar.
Funções básicas institucionais da FAO	Facilitar uma melhor governança e o diálogo sobre políticas.	Assessorar e prestar apoio aos países na elaboração de políticas.	Reunir e proporcionar informação.
Resultados pretendidos pela FAO através do marco para a Agenda Alimentar Urbana	Integração dos sistemas alimentares e de uma boa nutrição nas políticas e estratégias urbanas.		Fortalecimento da governança dos sistemas alimentares e os espaços verdes.
Estratégia geral para ajudar o desenvolvimento urbano e territorial	Possibilitar um entorno apropriado para induzir uma mudança a nível local.		
Áreas de trabalho fundamentais da Agenda Alimentar Urbana (e principais conexões com os programas estratégicos)	Políticas e instituições nacionais que influenciem os sistemas alimentares urbanos (PE 1, PE 4).		Planejamento integrado dos sistemas alimentares e mecanismos de governança inclusivos nas cidades, regiões e territórios (PE 4, PE 1).
Principal foco de atenção ou enfoque mais pertinente para as áreas fundamentais	Coerência e marcos de coordenação das leis e regulamentações nacionais , capacidade institucional para as estratégias orientadas para a ação e melhoria da sustentabilidade dos sistemas alimentares urbanos.		Fomento da inclusão através de mecanismos de governança do setor alimentar e processos de planejamento dos sistemas alimentares (análises, estratégias alimentares integradas e medidas) nos quais intervenham múltiplas partes interessadas.
Iniciativas emblemáticas ou possíveis medidas nas áreas de trabalho fundamentais	Integração dos sistemas alimentares e nutrição nas políticas e instituições urbanas nacionais, as políticas nacionais de venda de comida de rua, as políticas meio ambientais nacionais e o comércio de alimentos, entre outros.		Análises dos sistemas alimentares (urbano-territorial-de regiões urbanas); com inclusão da análise espacial como ferramenta de planejamento (ex. RUFASAT, SARU, SCN, CSD) e elaboração de modelos; cartografia das políticas relacionadas à alimentação; mecanismos de governança do setor alimentar, estratégias para a integração dos sistemas alimentares no planejamento urbano ou territorial; planejamento integrado do solo e dos recursos hídricos.
Justificativa das esferas de trabalho fundamentais	<p>A urbanização é uma tendência mundial importante que está produzindo mudanças nos sistemas alimentares, nos padrões de consumo e no estilo de vida que influenciam no desenvolvimento tanto urbano como rural.</p> <p>Os governos nacionais estão sendo chamados para assumir funções de liderança na coordenação das políticas urbanas dos países.</p> <p>Os governos e as partes interessadas locais estão incrementando seus esforços e funções nos sistemas alimentares urbanos.</p> <p>Para a tradução e adaptação das políticas nacionais, são necessários um planejamento integrado, uma governança do setor alimentar urbano e mecanismos de política em contextos diversos, incluídos os dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.</p> <p>As cidades fomentam a resiliência e a sustentabilidade ao promover a produção local de alimentos já que os enfoques de biodiversidade transcendem os limites urbanos.</p>		

Levar os conhecimentos para o terreno.		Ajudar os países a prevenir e mitigar os riscos.		Colocar a informação ao alcance de todos.		
Colocar a informação ao alcance de todos.				Desenvolver instrumentos, normas e padrões internacionais.	Realizar um trabalho de promoção e comunicação.	Fomentar as associações e alianças.
Geração de informação para a tomada de decisões e a ação local.				Sensibilização em todos os níveis.		Fortalecimento das relações de associação com o fim de ampliar as repercussões.
Aplicar medidas integrais referentes aos sistemas alimentares para a realização da mudança.				Estender os êxitos dentro e fora das fronteiras nacionais.		
Cadeias curtas de abastecimento e medidas inclusivas de aquisição pública de alimentos (PE 2, PE 4, PE 5).	Atividades econômicas e emprego no setor agroalimentar de caráter inovador e sustentável (PE 4, PE 3).	Entornos alimentares saudáveis e espaços verdes urbanos (PE 4, PE 2, PE 1, PE 5).	Perdas e desperdício de alimentos nas cidades (PE 4, PE 2).	Bens de uso público mundiais sobre alimentação urbana: orientações, associações, iniciativas entre cidades e outras alianças internacionais a fim de influenciar positivamente na governança do setor alimentar urbano em escala mundial (todos os programas estratégicos).		
Fomento da resiliência diante da insegurança alimentar e das perturbações de origem climática (cidades e regiões) mediante uma maior produção local, a melhora dos vínculos entre os produtores e os consumidores e as compras institucionais.	Fomento de territórios funcionais com medidas que garantam o desenvolvimento integrado (rural-urbano), o crescimento econômico sustentável das pequenas cidades e comunidades e o emprego.	Melhora da saúde e bem-estar , graças a uma melhor dieta de grande qualidade dos habitantes das cidades e à sustentabilidade urbana, um consumo sustentável e medidas relacionadas ao clima.	Configuração de sistemas alimentares urbanos eficientes e sustentáveis mediante a redução da perda e do desperdício de alimentos ; em apoio à ação climática, uma economia circular e uma gestão eficaz dos recursos naturais.	Transmissão e intercâmbio de conhecimentos sobre sistemas alimentares e questões conexas, em particular para os governos locais e subnacionais; associação com agentes pertinentes e redes de cidades.		
Mercados territoriais; mercados atacadistas; agricultura urbana e periurbana; paisagismo produtivo, uso do solo em escala territorial; programas de alimentação escolar e outras compras institucionais.	Promoção de indicações geográficas; sistemas público-privados inovadores; economia solidária; corredores de produção de alimentos.	Avaliação da qualidade e a acessibilidade dos estabelecimentos varejistas de alimentação urbana (dos setores formal e informal) e dos espaços verdes públicos; repercussão dos entornos varejistas de alimentação urbana saudáveis e planejamento urbano sobre os padrões de consumo (incluídas a eleição e a percepção) e do estilo de vida.	Urbanos e mecanismos que garantam o abastecimento eficiente de alimentos e a gestão de embalagens de alimentos usados; maior aproveitamento dos subprodutos da transformação; recuperação e redistribuição; redução das emissões de gases de efeito estufa.	Campanha mundial de sensibilização sobre medidas para garantir sistemas alimentares sustentáveis que aproveitem o trabalho dos governos subnacionais; plataformas mundiais, incluídos os intercâmbios entre cidades; promoção do uso dos instrumentos mundiais para a governança do setor alimentar urbano, incluída a incorporação de ferramentas e enfoques de planejamento dos sistemas alimentares e os recursos naturais; publicações com repercussão mundial; apoio às iniciativas de redes técnicas e de comunidades de governos locais; fomento e fortalecimento das relações de associação.		

Os pequenos assentamentos podem utilizar sistemas alimentares e operações não agrárias para o crescimento econômico e se aproximar da prosperidade para todos (no todo contínuo urbano-rural).

A saúde e o bem-estar dos habitantes das cidades estão diretamente relacionados ao acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, e com espaços verdes adequados para o uso recreativo e para a mitigação da mudança climática.

A perda e o desperdício de alimentos representam tanto um grande desafio para as cidades que devem ser gerenciados de forma holística como um grande desafio para a sustentabilidade do planeta.

Posto que a FAO tem recursos limitados, só pode ajudar em alguns lugares: o enfoque mundial para facilitar o intercâmbio pode criar condições propícias para a multiplicação e ampliação das experiências que tenham êxito.

Atualmente, mais da metade da população mundial mora em zonas urbanas. Este número aumentará para a impressionante cifra de 70% em 2050, sendo que 90% do crescimento projetado da população urbana ocorrerá em países africanos e asiáticos. A urbanização exige um repensar radical de todos os aspectos de nossos sistemas alimentares, desde a forma em que são produzidos os alimentos, à forma em que são processados, embalados, transportados, comercializados e consumidos, bem como de que maneira são manipulados e reciclados os restos de alimentos. Se bem gerenciado, o desenvolvimento dos sistemas alimentares urbanos e rurais contribuirá para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O marco da FAO para a Agenda alimentar urbana oferece uma estratégia para abordar as novas petições dos países, respondendo à demanda de um enfoque holístico da insegurança alimentar e da manipulação no todo contínuo urbano-rural. Seu objetivo é ajudar os governos a abordarem os complexos desafios e oportunidades em matéria de segurança alimentar e nutricional criados pela urbanização por meio de um desenvolvimento sustentável dos sistemas alimentares. Esta publicação apresenta e explica os princípios reitores que são fundamentais para o marco e descreve as áreas gerais de apoio da FAO ao marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana.



Para obter mais informações:

Jamie Morrison

Diretor do Programa Estratégico de Sistemas Alimentares
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
E-mail: SPL4@FAO.org

Visite a Plataforma de Ações na Alimentação Urbana:

<http://www.fao.org/urban-food-actions/es/> Trabalhando pelo #Fomezero



CA3151PT/1/09.20